



CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO
MÉDIO: DESAFIOS FRENTE AO PERFIL JUVENIL
CONTEMPORÂNEO**

LAVRAS-MG

2026

CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO
MÉDIO: DESAFIOS FRENTE AO PERFIL JUVENIL
CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do programa de Pós Graduação em Educação, área de educação de jovens e adultos, para obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Eliasaf Rodrigues de Assis
Orientador

LAVRAS-MG
2026

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Santos, Claudia Maria de Oliveira.

Educação de jovens e adultos no ensino médio : Desafios frente ao perfil juvenil contemporâneo / Claudia Maria de Oliveira Santos. - 2026.
80 p.

Orientador: Eliasaf Rodrigues de Assis

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2026.
Bibliografia.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Transformação social. 3. Juvenilização da educação de jovens e adultos. I. Assis, Eliasaf Rodrigues de. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO
MÉDIO: DESAFIOS FRENTE AO PERFIL JUVENIL CONTEMPORÂNEO**

**ADULT AND YOUTH EDUCATION IN HIGH SCHOOL: CHALLENGES FACING
THE CONTEMPORARY YOUTH PROFILE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 23 de março de 2026.

Dr ELIASAF RODRIGUES DE ASSIS UFLA

Dra LETÍCIA MENDONÇA LOPES RIBEIRO UFLA

Dra ERICA FERNANDA DE OLIVEIRA UNICAMP

Prof. Dr .Eliasaf Rodrigues De Assis
Orientador

LAVRAS-MG
2026

A meu pai, João Hélio (in memoriam),
por ter me apontado o caminho da escola.
À minha mãe, Nazaré, pelo amor e dedicação.
Aos meus filhos Camila e Diogo,
por serem o motivo da minha coragem de lutar.
A Lucimar, minha irmã e amiga de todas as horas.
A meus amigos queridos que sempre me apoiaram.
Ao meu companheiro de vida Alexandre(in memoriam)
que sempre me incentivou nos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que sempre esteve presente dando vida, força, coragem e a capacidade intelectual de desenvolver esse trabalho.

À minha família, em especial meus filhos Camila e Diogo e minha mãe Nazaré, que me apoiaram de forma incondicional em todos os momentos.

Ao meu pai João Hélio, que infelizmente não está aqui para ver esta conquista, mas permanece vivo no meu coração, sempre motivando a não parar de lutar. Seus ensinamentos, sua bondade e força são minha inspiração diária.

Aos meus colegas de trabalho e grandes amigos da SF Auditoria, Amanda, João Paulo e Tarciane, que pelo apoio e paciência em meus momentos de ausência.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) pelo apoio institucional e na promoção da produção científica.

Ao meu orientador, professor Doutor Eliasf Rodrigues de Assis, por ter acreditado em mim e aceito orientar esta pesquisa. Com sabedoria, soube explorar minhas limitações, ao sugerir e apontar caminhos para que a tarefa pudesse ser concluída, conduzindo o processo com a tranquilidade necessária.

Ao meu colega de trabalho e amigo Marcos pela contribuição com o projeto de pesquisa e pelo incentivo durante todo o processo.

Aos colegas do mestrado, tantos outros momentos inesquecíveis vividos, nossas risadas, uma convivência que tornou mais leve a rotina de estudos. Foi muito bom ter conhecido vocês!

Enfim, a todos e todas que, direta e/ou indiretamente, contribuíram com essa árdua e confortante tarefa. Sem suas críticas e/ou elogios e motivação não teria dado conta dessa empreitada.

Minha eterna gratidão.

O Amanhã

*Quando vem o amanhã incerto
E a certeza me faz ver o inverso
Já não tenho mesmo medo de me repetir
A verdade disso tudo é o que me faz seguir*

*Não vou mudar em vão
Pra que mentir?
Se os dias vem e vão
E não me vejo aqui*

*E quando vem o amanhã incerto
E a certeza me faz ver o inverso
Já não tenho mesmo medo de me repetir
A verdade disso tudo é o que me faz seguir*

*Não vou mudar em vão
Pra que mentir?
Se os dias vem e vão
E não me vejo aqui*

*Passo a passo vou na forma
Descompasso acelerando
A noite toda, 24 horas, não me fazem crer
Que a vida inteira num segundo*

*Na maneira que esse mundo imundo
De poeira me fez perceber
Que tudo não passou de um sonho todo tolo*

*E o consolo é perceber que o amanhã existe
E que eu posso ser feliz sem me entregar*

*Não vou mudar em vão
Pra que mentir?
Se os dias vem e vão
E não, me vejo aqui*

*Não vou mudar em vão
Pra que mentir?
Se os dias vem e vão
E não, me vejo aqui*

*Compositores: Renato Rocha / Fabio Silva / Clyeston Oliveira / Luis Araujo / Rodrigo Netto
/ Eduardo Simao Lopes*

RESUMO

A pesquisa teve o objetivo de conhecer a realidade atual dos alunos da EJA, partindo do contexto histórico nacional brasileiro. Desse modo, o trabalho procurou compreender qual é o perfil socioeconômico e educacional dos estudantes, em específico das juventudes, pois observa-se um aumento gradual deste público na ocupação das carteiras das salas de aula da EJA, revelando um fenômeno de juvenilização dessa modalidade de ensino. A pesquisa também buscou identificar as principais causas da migração desse público, do ensino regular, para a modalidade EJA. Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica, tendo como fundamentação teórica um levantamento estatístico de dados e normas vigentes. Tal documentação foi analisada tendo como marco teórico uma revisão de literatura, em que assume-se como aporte os estudos de Paulo Freire e Moacir Gadotti, em interlocução com outros autores. Uma vez concluída a análise, e a título de contribuição como produto educacional, este trabalho apresentou uma proposta de formação docente à distância, registrada em um episódio protótipo do programa de áudio digital, “Podcast do Pedagogiro”, um projeto de extensão da Universidade Federal de Lavras, a UFLA, coordenado pelo Prof. Dr. Eliasf Rodrigues de Assis, voltado para educadoras e educadores, contribuindo para a formação continuada de docentes, que lecionam nesta modalidade educacional. A partir da pesquisa realizada, os principais resultados alcançados são a busca por uma educação de qualidade, por ser um bem social e um direito inalienável, e uma contribuição para que alunos jovens-adultos retornem aos estudos e/ou encontrem na EJA uma chance de concluir sua escolarização com dignidade, qualificação e transformação social.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); transformação social; práticas pedagógicas na EJA; juvenilização da EJA; Ensino Médio.

ABSTRACT

This study aimed to examine the current realities of students and teachers in Brazil's Youth and Adult Education program (Educação de Jovens e Adultos – EJA), considering its broader historical and educational context. Particular attention was given to the socioeconomic and educational profiles of students, especially young learners, whose increasing presence in EJA classrooms has contributed to a process of juvenilization within this educational modality. The research also sought to identify the main factors leading students to transfer from mainstream education to EJA. A bibliographic research methodology was employed, supported by a statistical survey of relevant educational data and current legislation. The collected documentation was analyzed through a literature review framework, drawing primarily on the theoretical contributions of Paulo Freire and Moacir Gadotti, in dialogue with other scholars in the field of adult education. As an educational product arising from the study, a proposal for online teacher training was developed and presented through a prototype episode of the Pedagogiro Podcast, a digital audio program associated with an extension project at the Federal University of Lavras (UFLA) and coordinated by Eliasaf Rodrigues de Assis. The initiative is designed to support the continuing professional development of educators working in EJA. The findings underscore the importance of ensuring access to quality education as both a social good and a fundamental right. Furthermore, they highlight the role of EJA in providing young and adult learners with opportunities to resume and complete their education with dignity, professional qualification, and the potential for social transformation.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA); Pedagogical Practices in EJA; The Juvenilization of EJA; High School.

INDICADORES DE IMPACTOS

Visando cumprir com as exigências das PRPG/PROEC para os trabalhos de pós graduação Stricto sensu da UFLA, apresento um relato dos impactos sociais, educacionais, econômicos e culturais dos respectivos resultados da pesquisa, considerando a investigação sobre o contexto da educação brasileira na atualidade, com um olhar voltado para a Educação de Jovens e Adultos, especialmente o processo recente de juvenilização destes alunos. A pesquisa busca trazer contribuições para definir o perfil socioeconômico e educacional dos jovens matriculados nesta modalidade, identificar as principais causas da migração do ensino regular para a EJA. Ela traz um olhar sobre o contexto educacional e as urgências nos programas de melhorias da educação de jovens e adultos, da qualidade da educação e valorização dos profissionais. Caracteriza-se como qualitativa, ao passo que visa melhorias na formação dos profissionais da educação. Está dentro da Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação, Corpo e Cultura: Teoria e Prática dos Processos Educativos, conforme as diretrizes e normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) na Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, atendendo inciso 6º do artigo 2, onde defende “a multiplicidade de metodologias, abordagens, instrumental-pedagógico e recursos didáticos que sejam coerentes com o perfil e o contexto dos sujeitos”, relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, trabalho”. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), também se enquadra na categoria quatro: Educação de qualidade.

IMPACT INDICATORS

In order to fulfill the requirements of the PRPG/PROEC for the *Stricto Sensu* postgraduate work at UFLA, I present a report on the social, educational, economic, and cultural impacts of the respective research results, considering the investigation into the current context of Brazilian education, with a focus on Youth and Adult Education, especially the recent process of juvenilization of these students. The research aims to contribute to defining the socioeconomic and educational profile of young people enrolled in this modality, and to identify the main causes of migration from regular education to EJA (Youth and Adult Education). It offers a perspective on the educational context and the urgent needs in programs to improve youth and adult education, the quality of education, and the professional development of educators. It is characterized as qualitative, as it aims at improvements in the training of education professionals. This research falls under the Research Line: Foundations of Education, Body and Culture: Theory and Practice of Educational Processes, in accordance with the guidelines and norms of the National Education Council (CNE) in Resolution CNE/CEB No. 2, of November 13, 2024, fulfilling item six of article two, which defends "the multiplicity of methodologies, approaches, pedagogical instruments and didactic resources that are coherent with the profile and context of the subjects," related to the areas of Communication, Culture, Human Rights and Justice, Education, Environment, Health, Technology and Production, and work. Regarding the Sustainable Development Goals (SDGs) of the United Nations (UN), it also falls under category four: Quality Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: histórico	20
2.2	Juventudes e Diversidade	29
2.3	Evasão Escolar no Ensino Médio.....	32
3	METODOLOGIA	38
3.1	Caminho Metodológico	38
3.2	Pesquisa	39
3.3	Análise dos resultados.....	40
3.4	Plano de análise de dados	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1	Jovens na EJA	42
4.1	Perfis de jovens na EJA do Ensino Médio	42
4.2	A escola e sua (in)capacidade de responder às juventudes	51
4.3	Juvenilização da EJA.....	55
5	PRODUTO EDUCACIONAL – PODCAST	65
5.1	Definição do produto educacional	65
5.2	História do PODCAST	65
5.3	Educação Continuada na EJA e PODCAST	68
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
6.1	Achados da pesquisa	70
6.2	Expectativa e realidade.....	71
	REFERÊNCIAS	73
	APÊNDICE A - ROTEIRO DO PODCAST DO PEDAGOGIRO	79

PREÂMBULO: Minha história

Boa Esperança é uma pequena cidade do interior no sul de Minas Gerais, um estado da região Sudeste do Brasil, hoje com população estimada de 40 mil habitantes¹. A economia local é baseada na agricultura, onde é predominante o cultivo do café. No ano de 1979, em plena Ditadura Militar, em uma região rural desta pequena cidade, eu nasci, sendo a terceira filha do casal de agricultores, João Hélio e Nazaré. Meus pais tiveram apenas a introdução aos estudos, não podendo concluir o ensino fundamental, já que neste período as populações rurais mais humildes não tinham acesso à escola e o transporte escolar público ainda não existia. Na comunidade onde eles viviam só havia uma escola, que oferecia até a quarta série do ensino fundamental, hoje denominada quinto ano, o que impossibilitava a continuidade dos estudos para quem permanecia na comunidade.

Tínhamos um pequeno sítio, onde toda a família era responsável pelo cuidado dos animais e o cultivo das plantações. Assim, desde pequenos participamos destes cuidados. Além disso, meu pai trabalhava para os fazendeiros da vizinhança para ajudar na composição da renda familiar. Foi neste espaço rural, em um período em que a vida era marcada pelo ritmo da agricultura familiar e pelas responsabilidades assumidas ainda na infância, que nasci. Nesse cenário também fui forjada pela rotina do trabalho dividindo espaço com os primeiros contatos com a escola.

A vida rural não é apenas um espaço de produção econômica, mas sobretudo um espaço de formação humana, no qual a criança e o jovem aprendem, desde cedo, os valores do trabalho, da solidariedade comunitária e da resistência diante das adversidades que marcam a existência no campo (Martins, 1994, p. 32).

Minhas irmãs, ao concluírem o quarto² ano do ensino fundamental, não tinham como continuar seus estudos, se dedicando em tempo integral aos cuidados do sítio e à safra de café. Trabalhavam nas fazendas da vizinhança, como forma de reforçar o orçamento. Meus pais, mesmo sendo pessoas com pouca escolarização sempre tiveram consciência da necessidade

¹ De acordo com o Censo 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Boa Esperança, Minas Gerais é de 39.848 habitantes. Este número representa um aumento em relação ao censo anterior, de 2010.

²A alteração da nomenclatura decorre da implementação do Ensino Fundamental de nove anos, estabelecida pela **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**, que alterou os **artigos 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996)**. Com a inclusão das crianças de seis anos de idade no primeiro ano, as antigas séries foram renomeadas como anos, fazendo com que a antiga 4ª série passasse a corresponder ao atual 5º ano.

de propiciar condições para que seus filhos estudassem. Por isso, em meu último ano de estudo na escola local, eles tomaram a difícil decisão de vender o sítio e mudar para a cidade, para possibilitar que suas três filhas dessem continuidade a formação escolar.

Porém, com esta mudança as condições financeiras familiares se tornaram mais difíceis pois apenas meu pai trabalhava, agora, como pedreiro. Assim, a família passou por diversas dificuldades, o que levou à entrada precoce das filhas no mercado de trabalho.

Assim como minhas irmãs, comecei a trabalhar bem jovem. Aos 12 anos trabalhava como babá no período da tarde e estudava no período da manhã.

(...) os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro (Dayrell, 2007, p. 1108-1109).

Desta forma, eu dividia o tempo entre estudar, fazendo os deveres e atividades escolares, e o trabalho, que me proporcionava as condições financeiras necessárias para a sobrevivência. Ainda que fosse um salário muito baixo, era uma ajuda essencial para atender às minhas necessidades básicas. Uma rotina árdua e desigual em relação à de muitos jovens, demandando um esforço muito maior, devido à uma jornada dupla.

A juventude rural e migrante não vive a adolescência como um tempo de espera ou preparação, mas como um período de participação ativa na vida produtiva da família. Essa condição confere a esses jovens uma visão de mundo que associa o valor da educação ao esforço e à necessidade de sobrevivência (Queiroz, 1973, p. 102).

Posteriormente consegui uma vaga em uma confecção de costura, local onde obtive uma remuneração melhor, porém com um horário de trabalho mais extenso. Isso tornou necessária a mudança de turno na escola, para trabalhar durante o dia e estudar à noite. Tornando a jornada ainda mais exaustiva. Porém com esse salário maior poderia ingressar em uma faculdade particular e pagar a mensalidade.

Então, assim que concluí o Ensino Médio, ingressei na FAFIBE³, no curso de licenciatura plena em Matemática, mantendo o trabalho na confecção de costura e estudando

³ FAFIBE - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança. Em Boa Esperança (MG), a **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança (FAFIBE)** foi oficialmente criada por meio do Decreto Federal nº 71.654, publicado em 4 de janeiro de 1973, marcando o início de sua trajetória como instituição de ensino superior de caráter privado e comunitário. Ao longo dos anos, a FAFIBE passou a ofertar diversos cursos de graduação, abrangendo áreas tradicionais como Pedagogia, Matemática, História, Geografia, Letras (Português/Inglês) e cursos tecnológicos como Gestão Ambiental e Sistemas de Informação, atendendo a população da cidade sede de cidades vizinhas. Em

à noite. Trabalhar e estudar simultaneamente não foi apenas um processo de amadurecimento precoce, mas também uma motivação maior para me aprofundar nos estudos, na expectativa de ter condições melhores de trabalho no futuro.

A motivação nascida do processo descrito acima não era só por mim, mas também pela responsabilidade, relacionada à confiança que fora depositada em nós por meus pais. Tudo isso sem esquecer minhas origens e o grande número de pessoas da minha comunidade que não tiveram a mesma oportunidade.

Pela manhã, dedicava-me a atividades laborais que ajudavam no sustento; à noite, enfrentava o cansaço para estar na sala de aula. Abramovay (1998, p. 61) analisa essa realidade da juventude rural e popular urbana com clareza: para garantir a continuidade da vida familiar e comunitária. Ao trazer esse aprendizado para a cidade, pude perceber que a disciplina adquirida no campo me ajudou a enfrentar as dificuldades da vida estudantil e profissional urbana.

O jovem que deixa o campo em direção à cidade carrega consigo uma herança cultural marcada pelo trabalho precoce e pelo vínculo comunitário. Sua inserção no espaço urbano é, portanto, atravessada por uma dupla pertença: de um lado, a origem rural que moldou seu caráter; de outro, as exigências de adaptação à lógica da vida citadina (Wanderley, 2001, p. 55).

Ao concluir a licenciatura deixei o trabalho na confecção para me dedicar integralmente à docência. Em 2002 fui nomeada como professora de Matemática da rede estadual, na minha cidade natal onde atuo até a presente data. Preservando sempre a sensibilidade do contexto social da minha origem nas práticas pedagógicas.

Mas em 2023, ao lecionar no turno noturno e atender as turmas de EJA, fiquei extremamente tocada diante das dificuldades atuais enfrentadas por esse público. Sendo essa a motivação do desenvolvimento desta pesquisa. Comecei a observar o perfil, o número de desistências e todas as particularidades desse público. Mesmo com todos os esforços da equipe escolar, o número de alunos que conseguem concluir o Ensino Médio nesta modalidade de ensino é muito pequeno comparado com os que iniciam seus estudos. Além de observar o número crescente de jovens que abandonam o ensino regular e se matriculam na EJA.

março de 2024, a instituição foi oficialmente **descredenciada pelo Ministério da Educação (MEC)**, conforme Portaria nº 91, publicada no Diário Oficial da União em 25 de março de 2024, o que determinou a sua extinção institucional. Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTU0> acessado em 21 de agosto de 2025.

A partir desta minha origem em uma comunidade rural, enquanto filha de agricultores que não tiveram a possibilidade de avançar nos estudos, como a maioria dos outros moradores, testemunhei os inúmeros sacrifícios a que meus pais se sujeitaram para assegurar a possibilidade de estudo para seus filhos. Posteriormente, mesmo atuando como docente, há mais de vinte anos na rede pública estadual de ensino, ter me deparado com a realidade da Educação de Jovens e Adultos EJA, fez despertar em mim uma grande inquietação, diante do expressivo número de pessoas que ainda não tem a possibilidade de concluir a educação básica. Isso tornou necessário o aprofundamento neste estudo, para entender melhor a realidade nacional, estadual e da própria comunidade escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como uma modalidade de ensino fundamental e médio, com características próprias, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada (Brasil, 1996, art. 37). O reconhecimento legal da EJA no Brasil é um marco importante, garantido pela Constituição Federal de 1988 (art. 205 e 208) e, detalhadamente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996).

A educação é um direito de todos e dever do Estado. A Constituição Federal (1988) garante que, mesmo quem não teve oportunidade de estudar na "idade prescrita", tem o direito garantido ao ensino gratuito e adequado às suas condições. Sendo assim, de acordo com o seu artigo 6º, este é um direito dos alunos da EJA que o Estado precisa garantir para que a pessoa viva com dignidade.

A LDB (Brasil, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Brasil, 2000), ao destacá-la como modalidade da Educação Básica, busca uma reparação histórica, compensatória, da visão anterior de educação meramente supletiva, que por vezes marcou sua oferta (Di Pierro, 2000; Julião et al., 2017).

A EJA assume três funções primordiais, a reparadora, onde reconhece e repara a dívida social do Estado para com os indivíduos que foram excluídos do acesso à educação básica na idade prescrita; promove a igualdade de oportunidades, fornecendo os conhecimentos necessários para que os sujeitos se insiram de forma mais autônoma na sociedade, no mundo do trabalho e no prosseguimento de estudos; e por último a formação de sujeitos críticos, capazes de "ler o mundo" e atuar na transformação de suas realidades, em uma perspectiva emancipadora, alinhada aos pressupostos da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (Freire, 1996).

O público da EJA é caracteristicamente heterogêneo, abrangendo adolescentes, jovens, adultos e idosos, em sua maioria oriundos das classes populares, portadores de uma rica bagagem de experiências e saberes que devem ser valorizados e considerados no processo de ensino-aprendizagem (Arroyo, 2007; Soares, 2019). Portanto, a EJA exige propostas pedagógicas específicas e flexíveis, adaptadas às necessidades, à cultura e à disponibilidade de tempo desses sujeitos.

A juventude é caracterizada por uma fase de muitas inquietações, escolhas, descobertas, um processo de autoconhecimento e de encontro com a realidade social e

educacional a que este jovem está inserido. Uma grande parcela das juventudes além das perturbações esperadas para este período da vida, tem a necessidade de superar outras, para garantir muitas vezes a própria sobrevivência e de seus familiares. Fatores que muitas vezes se tornam causas do abandono da escola e, em consequência, a não conclusão da escolarização na chamada idade própria.

Porém, esse não é o único fator que causa o grande contingente de evasão escolar, principalmente no Ensino Médio. Questões como a defasagem de aprendizagem escolar, desinteresse, falta de perspectiva por aulas pouco atrativas se tornam relevantes nesse processo.

Ao se pensar nesta juventude é que se pensa igualmente no público da modalidade educacional conhecida como Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com a Lei 9394/1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional (LDBEN), em seu Art. 37, há a seguinte delimitação de quem são os sujeitos que compõem as classes de EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Brasil, Lei 9394/96, art. 37).

É nessa perspectiva que se faz interessante perceber o protagonismo das juventudes da EJA, principalmente no Ensino Médio, reconhecendo-os como sujeitos que já têm experiências escolares anteriores, mas que ainda buscam a escolarização básica em meio às suas múltiplas vivências e desafios.

Só é possível autenticar as juventudes da EJA como sujeitos e objetos da história valorizando-se o amálgama de seus repertórios, “esperançares” e leituras de mundo. E essa valorização é uma ação indissociável daquela em que se reconhece, também, os marcadores sociais da diferença que as pessoas jovens da EJA carregam, uma vez que foram esses marcadores que pautaram sua sensação de mal-estar nas experiências escolares pregressas. (Assis; Dói, 2024, p.168-169)

Assim, o público inicial da EJA desempenha um papel fundamental na garantia do direito à educação. Tal público é identificado por pessoas que não puderam concluir a escolarização básica na chamada idade prescrita. Porém, apesar das propostas de EJA serem muito direcionadas aos adultos e trabalhadores, observa-se que este perfil está mudando. Cada vez mais se vê jovens, com realidades totalmente divergentes dos adultos trabalhadores,

passando a frequentar esta modalidade educacional e tornando o trabalho dos professores da EJA um desafio ainda maior, devido à diversidade de idades e realidades dentro de uma mesma classe.

(...) constatamos todo um processo de dificuldade na escolarização da Educação Básica brasileira, notadamente, a partir da segunda etapa do Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio, diante de um crescimento constante na matrícula de jovens adolescentes na EJA, gerando uma preocupação e um desafio para o sistema educacional atual (Souza Filho, Alcides Alves de; Cassol *et al.* 2021, p.473).

É nesse sentido que a presente pesquisa teve por finalidade conhecer os motivos que levam os jovens a abandonar o ensino regular e cada vez mais migrar para a EJA. Mudando desta forma o perfil dos alunos atendidos por essa modalidade de ensino.

A partir destas observações e de estudos de autores que tratam esta temática, o presente texto destaca a diversidade das juventudes e o perfil dos alunos da EJA, os riscos que sofrem, e o impacto social desta realidade atual para a prática e a formação docente.

(...) o processo de insucesso escolar gerou um contingente de alunos excluídos, em sua maioria, procedentes do campo, marcados fortemente pelo analfabetismo extremo e pela falta de oportunidades. Para o enfrentamento desse cenário foi preciso estabelecer políticas públicas para atender o perfil desses sujeitos, com programas de alfabetização e escolarização. A partir daí a EJA assumiu o cunho social de inclusão, ao abrigar nos seus programas novos indivíduos que passaram pelo processo de exclusão, com histórico de abandono e de reprovação escolar (Souza Filho, Alcides Alves de; Cassol, *et al.* 2021, p.7).

O conceito de juventudes segundo Juarez Dayrell:

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.(...) (Dayrell, 2003, p. 41).

Sendo assim, foram elencados como objetivos específicos: definir o perfil socioeconômico, educacional dos jovens matriculados na modalidade EJA, identificar as principais causas da migração do ensino regular para essa modalidade de ensino, que vem gerando a juvenilização da EJA.

O texto foi estruturado nos seguintes capítulos: Introdução, Referencial teórico, subdividido nos subtópicos: A EJA no Brasil; Juventudes e Diversidade; e Evasão Escolar no

Ensino Médio. Todos dedicados à apresentação de referências de publicações de autores com ampla experiência na EJA, reconhecidamente dedicados aos estudos dessa temática.

O segundo capítulo refere-se à metodologia utilizada, uma pesquisa bibliográfica, e está subdividido nos seguintes subtópicos: Caminho metodológico, Pesquisa; e Análise dos resultados

O terceiro tópico, Jovens na EJA, foi dedicado ao plano de análise dos dados, apresentando os seguintes subitens: Perfis de jovens na EJA do Ensino Médio; A escola e sua (in)capacidade de responder às juventudes; Juvenilização da EJA. A partir dessa análise, intencionou-se realizar uma abordagem consolidada na diversidade das juventudes, bem como suas relevâncias e os riscos que essas sofrem, considerando ainda a temática para a formação docente.

O quarto tópico, Produto educacional, foi subdividido em: Definição do produto educacional; História do PODCAST; Educação continuada na EJA e PODCAST. Em que foi apresentado o produto educacional resultante desta pesquisa: um episódio protótipo de podcast, intitulado: “O Fenômeno da Juvenilização na EJA: Um Giro pelos Desafios Contemporâneos”. O episódio foi dedicado à discussão sobre o ingresso massivo de juventudes na modalidade. O conteúdo traz uma entrevista exclusiva com a Profa. Dra. Rebeca Aparecida de Oliveira Signorelli, docente do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE) da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Destaca-se, o relevante potencial do podcast como alternativa de formação continuada para professores da EJA, já que pode ser considerado um meio mais acessível e de baixo custo. O quarto e o quinto capítulos dedicam-se respectivamente às Considerações finais e Referências deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada por tensões entre o direito à educação e as demandas de um projeto de nação em constante disputa. Historicamente, a modalidade emergiu como uma política de Estado por meio de campanhas emergenciais e assistencialistas, como forma de promover mão de obra qualificada. Durante meados do século XX, a influência do pensamento de Paulo Freire trouxe uma ruptura epistemológica fundamental, ao propor que a alfabetização deveria ser um ato político e de conscientização, e não apenas uma técnica de codificação.

Entretanto, esse avanço foi interrompido pelo período da Ditadura Militar, que substituiu o projeto freiriano pelo MOBRAL⁴, de viés pragmático e funcional. Foi somente com a Constituição de 1988 e a subsequente LDB 9.394/96 que a EJA foi consolidada como modalidade da Educação Básica, garantindo o dever do Estado com aqueles que não tiveram acesso à escola na idade prescrita. Atualmente, o desafio reside em superar a lógica da função corretiva, para atingir uma educação que respeite as especificidades dos alunos. Compreender esse percurso é indispensável para analisar como os estigmas do passado ainda ecoam nas políticas de financiamento e inclusão do presente.

Assim foram selecionados artigos de autores com ampla experiência na Educação de Jovens e Adultos, que se dedicam à essa temática.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: histórico

A EJA, por um longo período, não foi prioridade do poder público. Não se tem um registro relevante de história, sendo assim o marco temporal considerado nesta pesquisa é a segunda metade da década de 1940. Onde passou a ter visibilidade com a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), conforme temos abaixo:

De acordo com as referências assinaladas, somente a partir dos anos de 1940 a educação de adultos se constituiu como um problema independente da educação popular (no sentido da difusão do ensino elementar) é um tema de política educacional nacional; tendência expressa pela criação do

⁴ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967 e consolidado nos anos 1970, configurou-se como a principal política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante o Regime Militar no Brasil. Em oposição às propostas de educação popular e conscientização crítica que marcaram o início da década de 1960, o MOBRL fundamentou-se em uma perspectiva tecnicista e funcional. Sob a ótica desenvolvimentista do período, a erradicação do analfabetismo era tratada como um requisito técnico para a modernização econômica e integração do trabalhador ao mercado (GERMANO, 1994; PAIVA, 2003). Contudo, a literatura especializada aponta que o programa limitou-se a uma instrução instrumental e mecânica de leitura e escrita, desvinculada do desenvolvimento político e social do educando, o que culminou na sua extinção e substituição em 1985 (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) em 1942, da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, da Campanha de Educação Rural (CNER), iniciada em 1952, e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) em 1958 (Cristiane Fernanda Xavier, 2019, p.4).

A partir da Criação do FNEP em 1942, a criação da CNEA em 1947, da CNER em 1952, e da CNEA, em 1958, percebe-se o início de um período com uma sequência de iniciativas do poder público em relação à EJA, com o objetivo de criar estratégias para minimizar o número inaceitável de analfabetos brasileiros. Com uma visão de que uma sociedade analfabeta não seria viável para o desenvolvimento do país, tendo assim como objetivo principal a preparação de mão de obra qualificada.

A CEAA funcionou entre os anos de 1947 a 1963, por meio do Serviço de Educação de Adultos (SEA) do Departamento Nacional de Educação. Nasceu da regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), na qual a educação dos adolescentes e adultos foi contemplada com amplos recursos. Com o FNEP, os Estados passaram a receber auxílio financeiro da União para a difusão do ensino elementar por meio da expansão da rede física, qualificação de pessoal técnico e manutenção do sistema (Cristiane Fernanda Xavier, 2019, p. 4).

As iniciativas continuaram e com amplo investimento de recursos da união, contemplando o ensino elementar. Tinha-se o entendimento de que um adulto analfabeto era incapaz perante um alfabetizado. Houve, assim, o redirecionamento da alfabetização para a preparação de mão de obra, para satisfazer o mercado, sem considerar as dimensões sociais, culturais, entre outras. Sem ter um paradigma próprio para esta faixa etária, a alfabetização foi desenvolvida nos mesmos moldes que a educação das crianças.

Na década de 1960 surgiu um movimento regional, dirigido por Paulo Freire. Este movimento, diferente das ações governamentais, defendia uma educação que valorizava a cultura regional e os conhecimentos dos alunos, partindo de sua realidade e vocabulário local para promover a alfabetização, cujo objetivo era a formação de um cidadão crítico, capaz não apenas de ler, mas também de entender sua realidade e promover mudanças, passando a ser um agente ativo no seu processo de aprendizagem.

Paulo Freire foi um dos mais influentes educadores e filósofos da educação do século XX, conhecido por desenvolver a "Pedagogia do Oprimido" e diversas obras que se tornaram referência mundial em educação. Nascido em 19 de setembro de 1921, em Recife/PE, teve uma infância com muitas dificuldades financeiras, como a grande maioria de seus conterrâneos nordestinos, fator que gera um elevado número de analfabetos e cidadãos que não concluíram a escolarização.

Lutando contra a pobreza, intensificada após a perda prematura de seu pai, Freire, ainda jovem, conseguiu o acesso à escola. Apesar de já estar alfabetizado, ele precisava avançar em seus estudos, por isso, com muita luta e esforço, em conjunto com sua mãe, conseguiu se matricular e concluir a sua escolarização ginásial, mas já fora da idade prescrita para a educação básica.

Antes de ter concluído seus estudos universitários, casou-se, em 1944, com a professora primária Elza Maria Costa Oliveira, com quem teve cinco filhos: Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes. Ainda nesse tempo, tornou-se professor de língua portuguesa do Colégio Oswaldo Cruz, educandário que o tinha acolhido na adolescência (Gadotti, 1996, p. 33).

Lecionou na mesma escola onde se formou na educação básica e assim iniciou sua carreira como educador, desempenhando diversas atividades educacionais de iniciativas públicas e privadas. Tendo contato com a educação de adultos/trabalhadores, Freire percebeu a urgência de uma alfabetização integral e diferente dos programas desenvolvidos até o momento, iniciando, então, uma nova maneira de educar esse público.

Freire acreditava na dialogicidade como a principal ferramenta para gerar uma educação libertadora, onde o educador desde o início do seu trabalho, considerando o planejamento, execução e a avaliação do mesmo, deveria interagir com os educandos, com o cuidado de não impor sua visão de mundo, mas que alargaram as suas visões de mundo, por passarem a considerar e valorizar os conhecimentos prévios, lugares de falas, reflexões e percepções sociais ocasionadas por todos os envolvidos. Embalados pela pedagogia freireana, diversos movimentos populares regionais se organizaram em regiões diversas do país, para promover a educação onde os alunos tinham o papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo. Mas não existia uma política nacional para suporte a estas iniciativas (Almeida; Fontenele; Freitas, 2012, p. 3).

Paulo Freire defendia que a educação deveria ser um ato de libertação e não de domesticação. Ele propôs uma pedagogia que encoraja os alunos a questionarem e transformarem sua realidade social, política e econômica. Além de introduzir o conceito de "conscientização", onde os alunos desenvolvem uma consciência crítica de sua situação no mundo, além da simples memorização de conteúdos, incentivando uma reflexão profunda sobre o contexto e as condições de vida. (Freire, 1994).

O educador se tornou uma referência e exemplo para diversas iniciativas de alfabetização, que comungavam com seus ideais. Porém, não existia nesse período uma política governamental para incentivar tais iniciativas e disponibilizar recursos para torná-las mais amplas e eficientes, bem como o interesse em assumir uma educação comprometida com

a formação de cidadãos críticos, capazes de reconhecer a própria realidade e da comunidade em que estão inseridos, e de atuar como agentes de transformação e de preservação de sua cultura.

Além disso, Freire propagava uma educação baseada no diálogo entre professores e alunos, criticando o que chamava de "educação bancária", em que o conhecimento é simplesmente depositado nos alunos. Para o autor, o aprendizado deve ser uma troca mútua, onde ambos aprendem e ensinam. Essas ideias fazem parte de um modelo educacional que visa empoderar os oprimidos, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para questionar, resistir e transformar sua realidade.

Paulo Freire, extrapolando a área acadêmica e institucional, engajou-se também nos movimentos de educação popular do início dos anos 60. Foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (M.C.P.) do Recife, e nele trabalhou, ao lado de outros intelectuais e do povo, no sentido de, através da valorização da cultura popular, contribuir para a presença participativa das massas populares na sociedade brasileira. Este primeiro Movimento de Cultura Popular do Brasil marcou profundamente a formação profissional, política e afetiva do educador pernambucano. (Gadotti et al., 1996, p. 40).

Também foi destaque o projeto de alfabetização de adultos, realizado na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963. Representando um marco na educação brasileira e na carreira do educador, pois Freire colocou em prática, pela primeira vez, suas ideias sobre educação crítica e emancipadora, uma vez que desenvolveu um método de alfabetização que buscava, não apenas ensinar a ler e escrever, mas também conscientizar os alunos sobre sua realidade social. O método desenvolvido por Paulo Freire, partia das palavras e temas do cotidiano dos alunos trabalhadores para construir o processo de alfabetização. Em apenas 40 horas de aula, cerca de 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados. (Lyra, 1996).

O sucesso do projeto de Angicos chamou a atenção do governo e da comunidade internacional, solidificando a reputação de Freire como um educador inovador. Esse trabalho influenciou profundamente as políticas de educação de adultos e a pedagogia crítica em todo o mundo.

As primeiras experiências do método começaram na cidade de Angicos (RN), em 1963, onde 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 45 dias. No ano seguinte, Paulo Freire foi convidado pelo Presidente João Goulart e pelo Ministro da Educação, Paulo de Tarso C. Santos, para repensar a alfabetização de adultos em âmbito nacional. Em 1964, estava prevista a instalação de 20 mil círculos de cultura para 2 milhões de analfabetos.

O golpe militar, no entanto, interrompeu os trabalhos bem no início e reprimiu toda a mobilização já conquistada. A partir dessa sua prática, criou o método, que o tornaria conhecido no mundo, fundado no princípio de que

o processo educacional deve partir da realidade que cerca o educando. Não basta saber ler que “Eva viu a uva”, diz ele. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

Paulo Freire foi exilado pelo golpe militar de 1964, porque a Campanha Nacional de Alfabetização no Governo de João Goulart estava conscientizando as imensas massas populares que incomodavam as elites conservadoras brasileiras. Passou 75 dias na prisão acusado de “subversivo e ignorante”.(Gadotti et al., 1996, p. 70).

Assim, com o golpe militar de 1964, estes movimentos regionais de educação de adultos foram extintos e Paulo Freire foi exilado. Porém, com a repressão dos Movimentos de Educação Popular, para suprir essa lacuna, o governo elaborou um novo projeto: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O objetivo era alfabetizar os jovens e adultos para produzir mão de obra alfabetizada e contribuir com o desenvolvimento do país. Isso permitia simultaneamente controlar sobre a forma de ensinar, evitando o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte da população, e legitimava o próprio regime militar.

(...) a educação de adultos passou a ser realizada numa perspectiva de suplência da educação formal, na qual a maior expressão foi o MOBRAL.

O MOBRAL foi criado em 1967 objetivando a eliminação do analfabetismo no país até 1975. Começou a funcionar, efetivamente, em setembro de 1970 e foi extinto em 1985(...) (Xavier, 2019, p. 7).

Os objetivos da alfabetização funcional, ao enfatizarem a criação de hábitos de trabalho e a compreensão, por parte dos alfabetizados, das ordens transmitidas por escrito e oralmente, revelam a tendência do MOBRAL de considerar a educação como um investimento em formação de mão de obra. Corroborando a vertente tecnicista e sua ideia de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. (Prado; Quillici Neto, 2019, p. 10).

Inegavelmente o objetivo principal de tal modalidade de alfabetização foi legitimar o governo, reduzir possíveis tensões e formar mão de obra, entretanto, mesmo contrária à ideia de formação emancipadora do cidadão, houveram fatores positivos no MOBRAL. Apesar de não ter erradicado o analfabetismo como era esperado na proposta inicial, reduziu de forma significativa a porcentagem da taxa de analfabetismo (Prado; Quillici Neto, 2019), além de ter atingido diversas regiões do país e mobilizar a população gerando um sentimento de responsabilidade social na questão da alfabetização, o que gerou uma contribuição para a cidadãos, com condições de melhores trabalhos e mais preparados para a vida cotidiana, com ampliação de seus conhecimentos inclusive nas questões de saúde e higiene. Do mesmo modo que o Sistema Educacional de Educação à Distância inicialmente denominado TELECURSO, criado em 1977, por uma iniciativa de empresas privadas, parceria da Fundação Roberto

Marinho⁵ e da Fundação Padre Anchieta⁶ veio como uma proposta de alfabetização e complementação dos estudos para a classe trabalhadora. Sendo Reestruturado por diversas vezes e com várias versões como: Telecurso 1º Grau, Telecurso 2º Grau, Telecurso 2000, Novo Telecurso e Telecurso Profissionalizante de Mecânica. Foi exibido na televisão até o ano de 2014.

Como destaca Renata Maldonado da Silva (2013): as Organizações Empresariais Globo⁷ que já se destacavam no setor de comunicação, por sua parceria com o Governo Militar iniciado em 1964, “inseriu-se na área de educação a distância (EAD) e “conseguiu abater impostos com a atividade educativa, captando recursos do governo federal e do mercado que poderia criar” e, assim, possibilitou a conquista da liderança no segmento de mídia no Brasil.

No entanto, é a partir da década de 1960 que a holding⁸ vai se destacar no seu empreendimento de maior sucesso e que possibilitou a conquista da sua liderança no segmento de mídia no país: a criação da Rede Globo de Televisão, no ano de 1964, juntamente com a ascensão do período ditatorial brasileiro. No entanto, foi a partir da década de 1970 que a TV Globo conquistou a hegemonia do monopólio televisivo brasileiro, que se mantém até os dias atuais. (Silva, 2013, p.1-2).

Apesar das inúmeras críticas em relação ao Telecurso e dos inúmeros benefícios recebidos por seus idealizadores, bem como o apoio ao Regime Militar que governava o país neste período, não se pode minimizar a relevância na educação de jovens e adultos no período de sua existência, principalmente para as regiões mais afastadas dos grandes centros, onde não há outras formas de acesso à educação.

O Governo militar apoiou a iniciativa do TELECURSO elaborando uma legislação que legitimou essa modalidade de ensino. Segundo Silva (2013) “a Rede Globo passou a ser considerada oficialmente a gestora da proposta de ensino a distância do governo militar”, definindo regras e normas para a sua estruturação.

⁵ A Fundação Roberto Marinho é uma entidade brasileira privada sem fins lucrativos, que desenvolve atividades nas áreas de educação, patrimônio e meio ambiente, pertencente ao Grupo Globo, que é o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina.

⁶ A Fundação Padre Anchieta é uma fundação brasileira que desenvolve atividades de radiodifusão pública e educativa, sendo proprietária e gestora da TV Cultura e das rádios Cultura FM e Cultura Brasil.

⁷ As Organizações Globo atualmente são o maior conglomerado midiático na América Latina e uma das maiores empresas na área de comunicação e entretenimento do mundo. Desde o início do século XX, vêm se destacando como o mais importante grupo de comunicação do Brasil. Sua trajetória iniciou-se na década de 1910(...). (Silva, 2013, p.1)

⁸ Segundo Almeida, 2011, a holding é uma sociedade criada com o propósito principal de participar do capital social de outras empresas, exercendo o controle ou a influência sobre sua administração. Trata-se de uma estrutura societária utilizada frequentemente para planejamento sucessório, proteção patrimonial e organização empresarial.

No campo educacional, o projeto “Telecurso” foi amparado pela legislação regulamentadora do ensino supletivo brasileiro, através da implantação da lei n.º 5692/71. Através dos artigos 24 a 28, o governo militar estabeleceu esta modalidade de educação nos níveis de 1º e 2º graus. Estes foram ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos pelos Conselhos de Educação, que, inclusive, estabeleciam as suas normas de funcionamento. Sua estrutura, tempo de duração e regime de escolaridade era distinta ao da rede oficial, em função da sua natureza específica. Além disso, havia uma idade mínima para que os alunos pudessem realizar os exames supletivos: 18 anos, ao nível de conclusão de 1º grau e 21 anos, para a finalização do segundo grau.

O projeto de ensino supletivo proposto pela ditadura militar dava especial ênfase ao uso das tecnologias da comunicação e da informação, como os correios, o rádio e a televisão. Este fazia parte da estratégia de possibilitar o acesso ao ensino ao maior número possível de estudantes(...) (Silva, 2013, p. 6-7).

Dessa forma foi possível o sucesso do programa, devido a possibilidade de que pessoas que estivessem fora do sistema regular de ensino pudessem, de forma maleável, acessar esses materiais e ter uma escolarização oficializada, mesmo residindo em regiões mais afastadas do país. O texto de Silva (2013), a seguir, explicita essa diferença numérica, em relação à Região Sudeste.

No início de 1980, em cada módulo do programa, foram mobilizados somente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, 675.000 alunos. No entanto, é importante mencionar que um dos fatores responsáveis pelo sucesso do projeto foi a possibilidade de os estudantes de regiões mais afastadas do país terem acesso exclusivamente a esta metodologia de ensino. Trata-se de estudantes, portanto, excluídos do sistema regular. (Silva, 2013, p. 6).

Isso sem considerar as regiões mais remotas do país onde se tornou possível esse acesso, pelos Correios, Rádio e Televisão. Também não se tem noção da quantidade de pessoas que assistiram só como telespectadores ou ouvintes, mas que, de qualquer forma, foram impactadas por essa formação. Mesmo com o fim do regime militar em 1985, o Telecurso ainda foi relevante na formação à distância no país, tendo seus programas exibidos até o ano de 2014, totalizando de 37 anos de transmissão em suas diferentes versões.

Segundo Xavier (2019), a EJA no Brasil entre 1940 e 1980 ocorreu com uma atuação inadequada do governo federal na implementação de políticas públicas destinadas aos jovens e adultos analfabetos, sendo relevante para essa modalidade de ensino o Telecurso, em acordo com a realidade da época.

De acordo com Jorge (2019), na década de 1990, “a visão a respeito da educação de jovens e adultos se modificou. Eles, mesmo analfabetos, passaram a ser vistos como

“pessoas capazes de elaborar hipóteses sobre a escrita e o sistema de alfabetização”. É nesse momento que o construtivismo ganha maior visibilidade. Como a criação do Programa de Alfabetização Solidária (PAS), houve uma nova forma de visualizar esse público, suas particularidades e necessidades.

Dos anos 2000 em diante seguem diversas iniciativas governamentais.

As iniciativas inovadoras que mobilizaram os movimentos sociais no Brasil balizaram suas propostas e se contrapõem às políticas públicas para a EJA que têm sido fomentadas nas duas últimas décadas, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Apesar de os avanços das discussões sobre a EJA nos contextos nacionais e internacionais serem notórios, ainda é preciso investimento e compreensão dos governos sobre o que é esta modalidade de ensino e como abordá-la a partir de novos paradigmas. Esse reconhecimento é importante para que a história das políticas públicas deixe de ser marcada por iniciativas de caráter compensatório e pela visão restrita do universo do aluno da EJA. Portanto é preciso que elas deixem de ser mascaradas por “novas” iniciativas baseadas em “velhos” conceitos (Jorge, 2019, p.11-12).

Percebe-se que ainda são incontáveis os desafios, tornando um caminho longo na superação do que limita a EJA de atender as necessidades reais de seu público, porém com um desenvolvimento constante. Com uma revisão das políticas públicas e reestruturação de forma contínua de todas as práticas, reservando recursos e direcionamento pedagógico. Sempre consciente do perfil dos discentes da EJA, pois é perceptível uma mudança cada vez mais acentuada no perfil da faixa etária dos alunos. Antes adultos trabalhadores com diferentes faixas etárias, agora cada vez mais cresce o número de jovens, com idades próximas a inicial para esta modalidade que é 18 anos para o Ensino Médio.

Assim, as escolas que oferecem essa modalidade de ensino procuram atender a alunos que retornam em busca da escolaridade na perspectiva de melhores condições de vida. Com isso, inicialmente, percebemos que a juvenilização representa um fenômeno resultante dos processos de insucesso escolar, o qual vem preocupando ao descaracterizar o formato originalmente proposto para a EJA (Sousa Filho; Cassol; Amorim, 2021, p. 2).

Segundo Sousa Filho, Cassol e Amorim (2021) a maior evasão escolar ocorre nos anos finais do ensino fundamental até a conclusão do Ensino Médio, gerando um aumento expressivo no número de jovens adolescentes que tem um perfil totalmente oposto ao do público até então majoritário nesta modalidade de ensino, causando um novo desafio para a educação da EJA.

Ainda, segundo os autores acima citados, tal realidade passa a exigir do sistema de ensino e da gestão ações públicas para adequar a EJA a esse novo perfil, uma vez que

esses jovens estudantes já foram excluídos da escolarização regular e agora se aventuram na escola da EJA, observando suas dificuldades e demandas para possibilitar a conclusão.

O alerta da presença de alunos muito jovens na EJA – que, por concepção, deveria ter como público alvo alunos trabalhadores, pessoas adultas ou idosas dos segmentos da sociedade civil – vem do insucesso escolar que retrata o problema vivido na escola regular e, também, as características que os identificam no processo de adolescência. Somam-se, ainda, os desafios sociais desses alunos, em particular a questão do acesso ao emprego e à renda, que, muitas vezes, seduz o aluno para o mundo do trabalho, promovendo a exclusão da vida escolar (Sousa Filho; Cassol; Amorim, 2021, p.6).

Como destacam Sousa Filho, Cassol e Amorim (2021) esses jovens, vítimas das evasão escolar chegam a EJA como um refúgio, pelo insucesso da escolarização regular. Seja pela necessidade trabalhar e garantir a própria subsistência e de seus familiares, seja por defasagem de conhecimento ou a reprovação sendo “preterido pela escola regular, que não lhe deu oportunidade de condições legítimas de direito, no tempo idade/série – carente de acolhimento e de compreensão, excluído daquele espaço educativo.” Nossa lógica da EJA precisa acolher esses alunos evitando que sejam novamente excluídos.

Não muito distante dos dias atuais, o processo de insucesso escolar gerou um contingente de alunos excluídos, em sua maioria, procedentes do campo, marcados fortemente pelo analfabetismo extremo e pela falta de oportunidades. Para o enfrentamento desse cenário, foi preciso estabelecer políticas públicas para atender o perfil desses sujeitos, com programas de alfabetização e escolarização. A partir daí a EJA assumiu o cunho social de inclusão, ao abrigar nos seus programas novos indivíduos que passaram pelo processo de exclusão, com histórico de abandono e de reprovação escolar (Sousa Filho; Cassol; Amorim, 2021, p.7).

Com essa mudança de perfil dos alunos, existe a necessidade de novas estratégias pedagógicas para garantir a permanência dos mais jovens mas sem abandonar os mais experientes, proporcionando um ambiente de respeito, valorização do conhecimento, cultura, história e das expectativas de cada um em acordo com seu momento de vida. Com a mediação dos conflitos e proporcionando uma compreensão e valorização do outro. O que torna uma forma de enriquecimento cultural e não de desentendimento.

Dotada do sentido humanizador, a EJA acolhe esses sujeitos que não tiveram acesso à escola no passado, ou dela foram colocados para fora, reconhecendo que esses têm uma vida rica em aprendizagens a ser valorizada. Sendo assim, mesmo com toda a variância de faixa etária e de histórico de vida,

corroboramos a ideia da adoção de uma proposta de prática pedagógica que não venha a ser mais um motivo de conflito entre professor e aluno. Numa sala de aula heterogênea, como ocorre na EJA, o professor deve propor uma prática pedagógica que agregue todas as redes de saberes, tecida nos seus variados espaços/tempos e de experiências (Sousa Filho; Cassol; Amorim, 2021, p.8).

A responsabilidade chega ao professor, que precisa de apoio da gestão e do poder público para, em conjunto, desenvolver tais práticas pedagógicas que valorizem a autoestima e o desenvolvimento intelectual do aluno, com um processo humanizado de forma a entender o aluno com um todo, ou seja, em todas as suas dimensões. De modo a evitar conflitos entre os colegas e com o próprio professor, e leva a necessidade de adequar o currículo a essa nova realidade.

De acordo com a pesquisa realizada por Filho, Cassol e Amorim (2021) em quatro escolas de Salvador na Bahia, constatou-se que 40% dos alunos jovens da EJA não trabalhavam, sendo sustentados por pais ou parentes. Isso permite sugerir que esses alunos estão nesta modalidade de ensino não pela necessidade de trabalhar, mas pelo insucesso da escolarização regular. Há ainda os 60% que são trabalhadores motivados a buscar a EJA, em sua grande maioria, para concluir sua escolaridade. Sendo essas realidades distintas, mas todas juntas em um mesmo processo de aprendizagem. O que leva a necessidade de conciliar o currículo, a aprendizagem e as experiências cada vez mais distintas na realidade escolar.

Existem ainda problemas diversos a serem enfrentados, como a dificuldade de cumprir horário, cansaço, sono, defasagem de conhecimentos anteriores, falta de concentração.

Diante da relevância do tema e da diversidade de alunos e dos desafios para a EJA vamos no próximo tópico tratar das juventudes e suas diversidades, como forma de conhecer para entender melhor sua realidade e suas necessidades.

2.2 Juventudes e Diversidade

Na vida temos diversas diferentes sobre juventude, a primeira presente na sociedade e na própria escola define o jovem como uma pessoa em transição como Dayrell (2023, p.41) diz “vir a ser”, considerando esta fase uma passagem, uma preparação para a vida adulta, focado nos projetos futuros, possíveis diplomas, negando o presente vivido. Ainda de acordo com o autor, “visão romântica da juventude (...), (Dayrell, 2023, p.41), resultado, entre outros fatores, do florescimento da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos

jovens, que se traduziu em modas, adereços, locais de lazer, músicas, revistas, etc.” Nessa perspectiva a juventude tem a possibilidade do erro e do acerto, de experimentar, sem responsabilidade. Outra forma de identificar a juventude como um momento de crise, fase de conflitos, rebeldia, distanciamento da família.

Torna-se necessário colocar em questão essas imagens, pois, quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências (...) (Dayrell, 2003, p. 41).

Dayrell (2003) destaca preocupação em evidenciar os jovens enquanto sujeitos sociais, que “constroem um determinado modo de ser, baseados em seu cotidiano.” (Dayrell, 2003, p. 41) Como foco foram escolhidos jovens das camadas populares ligados a grupos musicais. Na busca de definir quem eles são fora dos grupos e como constroem sua vida.

Para Juarez Dayrell o conceito de juventude envolve vários fatores:

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona (...) (Dayrell, 2003, p 41).

A juventude é marcada por mudanças biológicas, psicológicas e de convívio social, e não deve ter um tempo delimitado, sendo diretamente relacionada com a individualidade de cada pessoa, e com as características de vida, como cultura, tempo, religião, classe social, entre outros. A busca pela independência quando o jovem começa a assumir mais responsabilidades depende destes diversos fatores. Dessa forma Dayrell não define com juventude, mas como juventudes, devidos às diversificações e desigualdades, e em cada contexto os jovens encontram a sua maneira de viver a juventude, existindo inúmeras maneiras de ser jovem.

Além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem, e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que adotamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. (Dayrell, 2019, p. 27).

O gênero, a raça, a estrutura familiar e a vida cotidiana vão influenciar no desenvolvimento do sujeito social, assim como a vida cotidiana contribui para a definição de sua própria identidade, na definição do mundo e dos outros. Como afirma Dayrell (2003) “(...) eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de vida.”(Dayrell, 2003, p. 41).

Os jovens brasileiros estão expostos a um grande número de vulnerabilidades e violências juvenis, fator que se agrava significativamente com as populações mais carentes. Esses elementos dificultam a aprendizagem e tornam as condições de desenvolvimento pessoal e profissional consideravelmente desiguais.

Segundo estudo das autoras Takeiti et al. (2020), após ampla leitura sobre o tema foram selecionadas em categorias, as quais os jovens da atualidade estão expostos. Conforme pode-se conferir na enumeração abaixo:

(...)violência doméstica ou intrafamiliar; bullying/discriminação; mortalidade/ homicídio juvenil; violência urbana e determinantes sociais; gravidez na adolescência e juventude; uso de álcool e outras drogas; prevenção à violência; metodologia de intervenção; políticas públicas para a juventude; saúde mental na adolescência; vulnerabilidades sociais; sexualidade/gênero.(...). (Takeiti et al., 2020, p. 3).

Segundo Takeiti et al. (2020), historicamente, a trajetória das crianças e adolescentes é marcada por violências, e no Brasil somente com a Constituição Federal de 1988 e criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, esses direitos são reconhecidos “ (...) em que se reconhece os direitos de toda e qualquer criança e adolescente brasileiros e sua condição peculiar de desenvolvimento, devendo ter prioridade absoluta nos quesitos que lhes dizem respeito”. Apesar de ter seu direito garantido na constituição, a violência existe (Takeiti et al., 2020, p. 10).

Um jovem com uma estrutura familiar, todas as condições necessárias para progredir nos estudos, saúde, lazer, segurança e, muitas vezes, apoio psicológico tem condições de fazer suas escolhas, mas não se pode comparar com um jovem em situação de vulnerabilidade. Pois ele precisa sobreviver, antes de pensar em escolhas. E só depois encontrar alternativas para se desenvolver. E assim sem apoio principalmente de políticas públicas cria movimentos juvenis e espaços para desenvolver a cidadania.

Simultaneamente ao vazio deixado pelas políticas públicas destinadas aos/às jovens pobres de nossas cidades, observou-se nesse período a emergência de novas formas de participação social juvenil. Movimentos juvenis criaram novos espaços e temas alternativos de construção da cidadania, dando sua

contribuição para o processo de consolidação da democracia no país. O Hip Hop e o Funk são evidências empíricas na década de 1990 de práticas coletivas juvenis de participação social e vivências culturais, possibilidades societárias de recomposição de vínculos gregários nos territórios de exclusão e violência das periferias das cidades (Dayrell, 2019, p. 31).

Para Dayrell (2003) seu contato com as juventudes o fez perceber que as formas e espaços de participação que surgem nas comunidades onde eles convivem podem gerar condições necessárias para a construção de uma juventude que não se constitui apenas como um período de passagem, de preparação para o futuro, mas como um presente vivido com diversão, prazer, encontros e trocas afetivas e também de angústias e incertezas na luta pela sobrevivência, sem que isso os torne alienados, mas sujeitos que têm sonhos e desejos.

O autor destaca ainda que essa fase de crise, rebeldia, e afastamento da família pode se observar que esses jovens podem apresentar qualidade nas relações que estabelecem com esse núcleo doméstico, muitas vezes representado apenas pela mãe que desempenha uma referência de carinho, autoridade e valores, sendo estímulo para um futuro melhor.

Dayrell (2003) continua, sobre a ideia de juventude ser vista como resultado, um mercado consumista de moda, festas, por exemplo, se contrapõe à realidade dos que vivem com dificuldades financeiras, condições precárias de trabalho e na luta pela própria sobrevivência. Por fim percebe-se que o mundo do trabalho pouco contribui para a humanização dos jovens e que as experiências escolares permanecem distantes das necessidades e interesses de seus alunos.

A distância entre o projeto pedagógico e a realidade de uma grande parte dos estudantes gera um problema grave para a educação, que é a evasão escolar.

2.3 Evasão Escolar no Ensino Médio

Pela leitura de diversos autores como Assis et al., que pontuam o grave problema da educação brasileira, que é a evasão escolar, por ter um valor expressivo que vem causando diversos problemas, entre, entre eles uma juvenilização de seus alunos da EJA.

Segundo Assis et al., (2024) existe uma urgente necessidade de políticas públicas sociais e educacionais preventivas para investigar o papel dos marcadores sociais como raça, cor da pele, condição econômica e vulnerabilidades no afastamento escolar. Ainda de acordo com Ramos e Gonçalves Júnior (2024) (...) “É nesse sentido que a vulnerabilidade produz a ocorrência de incertezas e inseguranças, além do frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade(...)”(Ramos e Gonçalves Júnior (2024, p.4).

Tornando necessário e urgente políticas pública no enfrentamento dos problemas sociais e a garantia de acesso e permanência deste público na escola.

Tabela 3.1 - Pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, segundo o gênero e a cor ou raça

Gênero e cor ou raça	Total	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total	9,0	100,0
Gênero		
Homem	5,2	58,1
Mulher	3,8	41,9
Gênero e cor ou raça	Total	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Preta ou parda	6,4	71,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Na tabela acima pode se observar que são aproximadamente 9 milhões de jovens fora da escola e que não concluíram o Ensino Médio. Fica claro que os marcadores sociais gênero e cor ou raça são relevantes na busca por entender o contexto da evasão escolar. A diferença é de mais de 16%, que equivale a 1,4 milhões de jovens homens que desistem dos estudos. Essa diferença é consideravelmente maior quando analisamos a questão da cor ou raça; onde chega a 44,2%, sendo quase o triplo de pretos ou pardos que evadem da escola em relação aos brancos, o que dá uma diferença de 3,9 milhões de jovens. Tornando claro que não se pode desconsiderar esses valores na análise deste tema.

Como a necessidade de trabalhar é um dos principais fatores do abandono escolar pelos adolescentes, quando suas famílias não têm condições financeiras de atender as necessidades básicas desses alunos, como comprar um tênis, um caderno ou muitas vezes a própria alimentação, estes se veem compelidos a trabalhar e contribuir nestas aquisições. O que também os leva a trabalharem em empregos com baixos salários, com jornadas exaustivas,

forçando-os a deixar a escola e, conseqüentemente, a esperança de um futuro melhor para atender uma necessidade imediata.

O trabalho como meio de obter dinheiro para o próprio consumo apareceu fortemente entre os educadores, porém com uma conotação de que o trabalho seria uma escolha e algo mais valorizado pelo jovem em comparação com a escola. Esse fator também surgiu entre os técnicos da rede, contudo duas profissionais da área da assistência social ponderaram que o trabalho infantil ocorre em função das condições de vulnerabilidade das famílias, que precisam priorizar despesas mais essenciais do que a aquisição de produtos de desejo dos jovens (Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p. 6).

Para Ramos; Gonçalves Júnior (2024), outro fator que causa a evasão escolar é envolvimento com o tráfico de drogas, que pode parecer uma forma rápida de ascensão na profissão, para os jovens das regiões mais periféricas, por vivenciarem mas na maioria das vezes é a pior das explorações. Os autores ainda destacam que os meninos negros são o público que mais tendem a abandonar a escola, o racismo estrutural juntamente com os outros fatores analisados torna esse público mais suscetível a essa evasão.

As consequências da evasão escolar são profundas e duradouras, afetando não apenas os indivíduos, mas também a sociedade como um todo. A falta de um diploma de ensino médio limita as oportunidades de emprego e perpetua ciclos de pobreza, contribuindo para a alta taxa de analfabetismo (...) (Lima Filho, A. C., 2024, p.2).

A dimensão familiar também surge de forma relevante no contexto da evasão escolar. Pois são diversos fatores relacionados à família, que podem desencadear esse afastamento da escola. “Os fatores que surgiram referentes à dimensão familiar são: “cuidado de pessoa da família, conflitos familiares e fragilidade no suporte familiar aos estudos”, sendo que os dois primeiros apareceram somente na fala de educadores.” (Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p. 6). As dimensões sociais e econômicas da família contribuem para o desenvolvimento e permanência na escola. Pois muitos jovens precisam abandonar a escola para cuidar de pessoas doentes, filhos, irmãos mais jovens ou para trabalhar e ajudar no sustento da família. Porém os autores alertam para “O olhar torna-se mais compreensivo, e não julgador em relação às famílias das classes populares, quando nos deparamos com suas histórias sensíveis e de direitos básicos violados ao longo das gerações.”.(Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p.10). Pois muitas vezes a família “(...) demonstra a importância dos estudos e seu esforço para que suas filhas estudem, apesar de ela mesma não ter tido essa oportunidade (...). (Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p.9).

Na sequência, a gravidez na adolescência muitas vezes faz a menina abandonar os estudos, pois a gestação precoce interfere na sua vida escolar, ainda mais quando sua condição socioeconômica é precária ou não tem apoio da família.

(...) ser mãe solo na juventude, apresentar dificuldades de aprendizagem e ter que deixar a escola para trabalhar ou cuidar da família, um quadro decorrente da precariedade da renda. Compreender esses marcadores sociais e suas contingências nas juventudes (...) (Assis; Dói, 2024, p.164).

Outro fator a ser considerado é “Quanto aos problemas de saúde mental, boa parte dos educadores apontaram que situações como depressão, transtorno do pânico e automutilação aparecem no contexto escolar e podem afastar o jovem da escola(...)”.(Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p.13). Assim também “O adolescente pode estar vivenciando situações de sofrimento que dificultam ou impedem sua permanência nos estudos, situações essas relacionadas ao contexto escolar ou de fora dele, que muitas vezes são vividas em silêncio” (Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p. 9-10).

Além disso, o desinteresse pela escola vem nas pesquisas como um grande causador de abandono escolar, o aluno precisa entender a importância do que é ensinado, o estímulo do estudante é o desejo, a vontade de aprender. Porém, “toda escola é atravessada por diversos desafios pedagógicos, disciplinares e estruturais que interferem na motivação e no engajamento dos alunos falta de perspectiva de futuro, as regras e disciplina”, (Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p.11).

(...) a escola não é vista como um meio de um futuro melhor, pois os alunos percebem que o contexto social mais amplo pode não favorecer pessoas com estudo, as quais acabam recebendo baixos salários, tomando como exemplo o próprio professor. Observa-se mais uma vez a interferência da dimensão socioeconômica que perpassa as escolhas dos jovens (Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p.11).

Também os fatores do contexto escolar como “faltas, repetência e defasagem idade-série; baixo rendimento”; bullying; e “escola não atrativa” são relevantes, quando esses elementos não são bem administrados, contribuem na causa da evasão escolar.

Quando a escola não consegue administrar os conflitos que emanam em seu ambiente, tendo em vista a heterogeneidade de pessoas, culturas e pensamentos presentes nesse contexto, a visão que o jovem tem sobre a instituição pode ser negativamente impactada, fazendo com que ele não tenha vontade de frequentar a instituição (Ramos; Gonçalves Júnior, 2024, p.14).

Segundo Lima Filho (2024) “(...) a evasão escolar é influenciada por uma combinação de fatores socioeconômicos, culturais e institucionais.” (Lima Filho, 2024, p. 1)

Destacando a necessidade de políticas públicas, em parceria com apoio pedagógico às instituições.

É fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas para a melhoria da qualidade do ensino e para a criação de um ambiente escolar que favoreça a permanência dos alunos. Programas de incentivo à educação, como bolsas de estudo e apoio psicológico, podem ser eficazes na redução das taxas de evasão. A promoção de uma educação inclusiva e de qualidade deve ser uma prioridade nas políticas voltadas para a juventude, especialmente em uma região que enfrenta tantos desafios.

A colaboração entre governo, escolas e comunidades é essencial para garantir que todos os jovens tenham acesso à educação e possam concluir o ensino médio.(...)

Além disso, é necessário um esforço conjunto para abordar as causas estruturais da evasão escolar. A promoção de políticas que melhorem as condições de vida das famílias, como acesso a serviços de saúde e assistência social, pode ter um impacto positivo na permanência dos alunos na escola. A educação é um direito fundamental e um motor de transformação social, e deve ser tratada como uma prioridade em todas as esferas da sociedade. (Lima Filho, 2024, p. 9).

Assim esses estudantes já tem sua vida marcada pela exclusão., ao retornam para a EJA precisam de acolhimento, condições necessárias para finalizar a escolarização básica, o que torna um novo desafio para essa modalidade de ensino.

(...)Seus percursos na educação escolar foram evitados por situações de exclusão social. Algumas dessas circunstâncias foram evidentes e assumidas, como quando há atos flagrantes de racismo, preconceito ou discriminação. Há, ainda, outros quadros em que tal exclusão é estruturalmente escamoteada, como na dificuldade de acesso ao transporte escolar, na escassez de estrutura familiar de apoio para estudar ou na rotatividade residencial e ocupacional da família (Assis; Dói, 2024, p.161).

A escola tem um papel fundamental nesse processo, necessitando de um Projeto Político Pedagógico (PPP) e um Planejamento Pedagógico pautado nas demandas educacionais desse público atual.

Diante desse cenário, o que a escola pode fazer? Seria prepotência achar que detemos soluções completas, embora enquanto atores políticos, possamos reivindicar políticas educacionais adequadas. E, simultaneamente, atuar no acolhimento da pluralidade e das múltiplas leituras de mundo que desembocam na EJA, pois não podemos subestimar a potência da escola enquanto local de escuta(...) (Assis; Dói, 2024, p.166).

Percebe-se então a necessidade do diálogo humanizado com os alunos da EJA, para juntos construírem a melhor forma de desenvolver um planejamento que seja o mais próximo possível das expectativas de seus alunos.

Diante da realidade de diversidades e vulnerabilidades presente na vida dos jovens da EJA, essa oportunidade de ensino pode ser o fator determinante para o seu desenvolvimento pessoal, profissional e da própria sociedade.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa científica foi utilizada a pesquisa bibliográfica para explorar o tema proposto. A análise dos dados coletados será qualitativa e orientada por Gil (1999), visando garantir que os resultados e as discussões estejam alinhados com os objetivos e o problema de pesquisa.

De acordo com Gil (1999), a pesquisa bibliográfica permite a identificação e análise de conceitos e teorias já desenvolvidos sobre o tema, o que é crucial para a formulação de hipóteses e para a interpretação dos dados coletados nas etapas subsequentes. Como técnica principal para análise dos dados documentais e bibliográficos, será utilizada a análise de conteúdo, que envolve a codificação e categorização das informações extraídas das fontes consultadas, essa técnica é essencial para sintetizar e interpretar os dados de forma a identificar padrões, relações e tendências na literatura, conectando-os aos objetivos do estudo.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos no espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, tem à sua disposição uma bibliografia adequada. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos do passado senão com base em dados secundários. (Gil, 1999, p. 65).

Gil (1999) ressalta, porém, a necessidade de selecionar diversas fontes, ampliando seus conhecimentos com diferentes versões para não fugir da realidade, retratando assim um conhecimento mais fidedigno.

Estas vantagens da pesquisa bibliográfica têm, contudo, uma contrapartida que pode comprometer em muito a qualidade da pesquisa. Muitas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma equiparada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar seus erros. Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurar-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente. (Gil, 1999, p.66)

Gil (1999) também alerta para a necessidade de garantir a qualidade da pesquisa, e para isso se faz necessário pesquisar em fontes diversas de forma criteriosa, sempre analisando seus conteúdos, suas fontes, verificando a veracidade da informação e comparando, assegurando que as informações sejam confiáveis. De forma ampla e analítica. Assegurando a qualidade das informações.

3.1 Caminho Metodológico

A revisão crítica das fontes bibliográficas permite comparar diferentes perspectivas teóricas, identificar lacunas na literatura e situar o problema de pesquisa dentro do campo de estudo. Essa estratégia é fundamental para estabelecer um embasamento sólido que guiará a análise dos dados empíricos.

O delineamento metodológico de uma pesquisa é o que sustenta a validade dos resultados alcançados. Segundo Gil (1999), a metodologia não se resume a uma lista de passos, mas a um processo reflexivo que garante que o problema levantado seja respondido com rigor científico. Para este estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, utilizando como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica.

Quanto aos seus objetivos, esta investigação classifica-se como pesquisa exploratória. Conforme preceitua Gil (1999, p. 43), as pesquisas exploratórias têm como propósito principal proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

Sob a ótica dos procedimentos, o trabalho define-se essencialmente como bibliográfico. Gil (1999) esclarece que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem deste delineamento, segundo o autor, reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A execução desta pesquisa seguiu as etapas rigorosas propostas por Gil (1999), garantindo que o levantamento de dados não fosse apenas uma compilação de textos, mas uma análise crítica e integrada.

3.2 Pesquisa

Primeiramente foi feita a escolha do tema e levantamento bibliográfico preliminar: Inicialmente, buscou-se identificar as obras fundamentais e os autores de referência na área da EJA, neste caso, Freire e Gadotti.

A partir das leituras iniciais de Paulo Freire e Moacir Gadotti, delimitou-se a questão norteadora deste estudo. Buscando novas fontes relacionadas ao tema e o fichamento. Foram utilizadas bases de dados científicas como Scielo e Google Acadêmico. Gil (1999, p.

71) enfatiza que o levantamento deve ser exaustivo, visando cobrir o estado da arte do tema em questão.

Os textos selecionados foram submetidos a uma leitura analítica, com o objetivo de ordenar as informações e identificar convergências e divergências teóricas.

Para garantir a qualidade do material selecionado, estabeleceram-se critérios de inclusão e exclusão. Foram selecionados artigos publicados nos últimos 10 anos, além de livros clássicos que fundamentam a teoria da EJA. Segundo Gil (1999), o pesquisador bibliográfico deve estar atento à fidedignidade das fontes, priorizando periódicos com avaliação por pares e autores de renome na comunidade acadêmica.

A coleta de dados foi estruturada através de fichamentos de conteúdo, que permitiram a sistematização das ideias centrais de cada autor. Gil (1999, p. 83) destaca que o fichamento é uma técnica essencial para a economia de tempo e para a organização do pensamento do pesquisador, facilitando a redação posterior do referencial teórico.

A fase final do caminho metodológico consistiu na análise qualitativa dos dados coletados. De acordo com Gil (1999), a análise na pesquisa bibliográfica envolve a interpretação dos resultados obtidos, relacionando-os com o problema de pesquisa e os objetivos propostos.

Nesta etapa, procedeu-se à análise temática, onde os dados foram categorizados. A interpretação buscou não apenas descrever o que os autores dizem, mas realizar uma síntese que possibilite novos olhares sobre a Juvenilização da EJA. Assim, a presente pesquisa bibliográfica sustenta as conclusões deste mestrado.

3.3 Análise dos resultados

A análise dos dados obtidos nas pesquisas seguiu as técnicas descritas por Gil (1999). Para as perguntas que geram respostas quantificáveis, será realizada uma análise estatística descritiva, incluindo cálculos de frequência, ilustrações com gráficos e histogramas. De forma a dinamizar os dados coletados, tornando sua leitura mais fluida e prática. Essa análise ajudará a identificar padrões e tendências nas informações, fornecendo uma visão objetiva do fenômeno estudado.

Para as respostas qualitativas, foi aplicada uma análise de conteúdo estruturada, conforme proposto por Gil (1999). Essa técnica envolve a codificação das respostas com base em categorias previamente definidas, alinhadas com os objetivos da pesquisa. A análise permitiu uma interpretação sistemática e comparável dos dados, facilitando a identificação de correlações e a construção de argumentos sólidos para a discussão dos resultados.

3.4 Plano de análise de dados

Os dados coletados por diferentes métodos foram integrados de forma a fornecer uma visão global do problema de pesquisa. Analisando as informações utilizadas para validar os achados e fortalecer a robustez das conclusões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão dos resultados foi conduzida à luz dos objetivos e hipóteses estabelecidos, relacionando os dados empíricos com o referencial teórico identificado na pesquisa bibliográfica. Essa abordagem, garante que as conclusões do estudo sejam bem fundamentadas e que contribuam de maneira significativa para o avanço do conhecimento no campo investigado.

4.1 Jovens na EJA

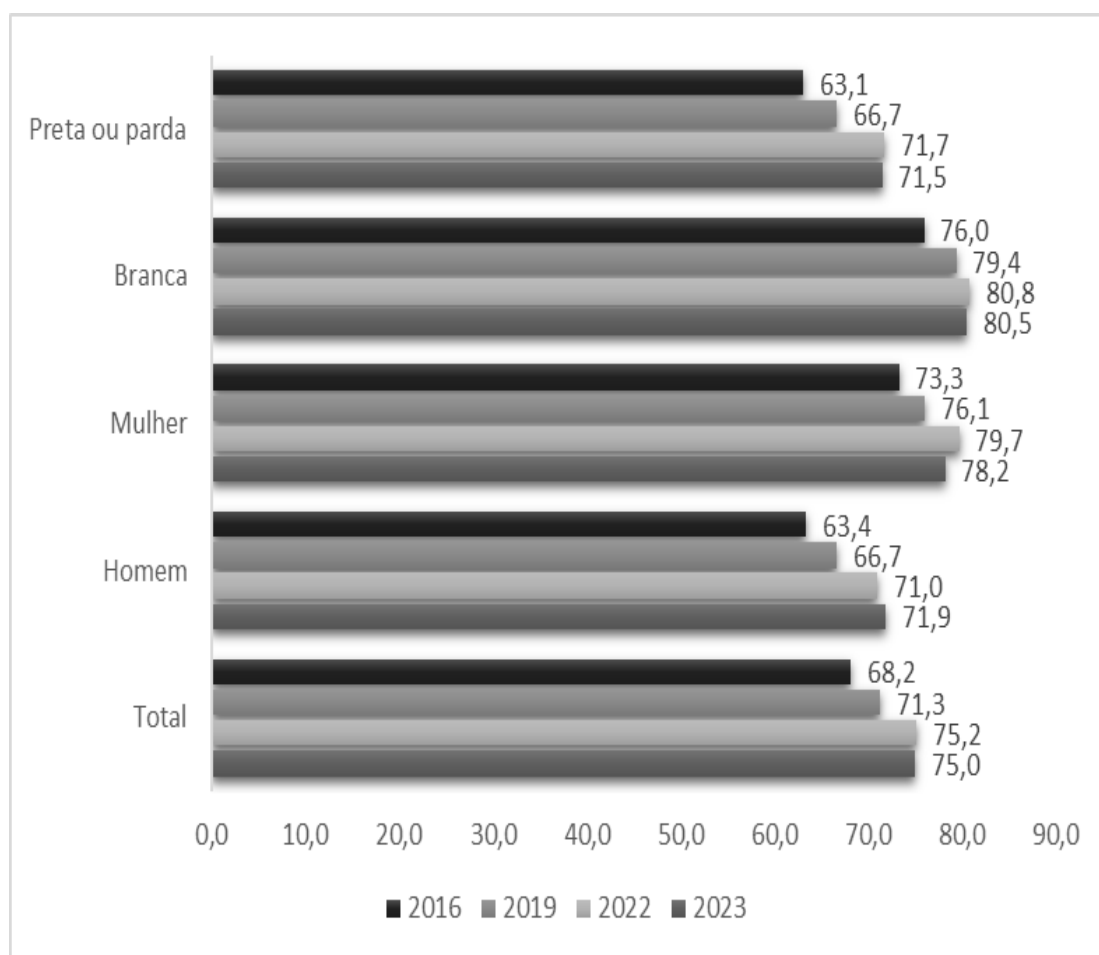
Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na garantia do direito à educação para aqueles que não puderam concluí-la em idade prescrita. Nesse contexto do Ensino Médio, a EJA se apresenta como uma alternativa essencial para possibilitar a formação acadêmica e profissional de milhares de brasileiro. Assim torna-se necessário definir quem são esses alunos e quais fatores permeiam essa modalidade de ensino.

4.2 Perfis de jovens na EJA do Ensino Médio

Ao longo dos anos, a EJA tem passado por diversas transformações, impulsionadas por mudanças nas políticas educacionais, modificação do perfil do público alvo e pela necessidade de atender a um público heterogêneo, com trajetórias de vida distintas. Os estudantes da EJA no Ensino Médio possuem demandas específicas, que vão desde a conciliação dos estudos com o trabalho até dificuldades relacionadas à defasagem escolar e à motivação para permanecer na escola. Nesse sentido, compreender os fatores que influenciam a aprendizagem e permanência desses alunos é essencial para a construção de um ensino mais acessível e inclusivo.

É possível perceber significativa evolução em todos os dados no período em questão. Mas cabe destacar a relevante diferença no tempo de estudo em relação a gênero, raça e regiões do país. Como podemos observar nas informações descritas nos gráficos.

Gráfico 4.1 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo o gênero e a cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas Coordenação de Pesquisa por Amostra de Domicílios Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023

A diferença entre mulheres e homens é de mais de 4%, já a diferença racial é mais expressiva, pois chega a 13,5% a menos para pretos e pardos. E com o regionalismo esta tendência se reafirma, sendo maior ainda. Pois a diferença entre a região Sudeste e a Nordeste chega a 14,3%, mostrando também a desigualdade devido ao regionalismo.

E quando observamos a taxa da frequência escolar líquida no ensino médio de pessoas de 15 a 17 anos fica claro que a tendência da diferença entre mulher e homem se mantém da mesma forma que a desigualdade de permanência pela questão racial, tornando evidente que não será relevante nas questões de desigualdades estruturadas.

O fato de 65,2% dos jovens entre 18 e 24 anos não terem concluído essa etapa da educação reflete desigualdades estruturais que afetam principalmente os mais vulneráveis, com índice de homens chegando a 68,8%, nordestinos 68,3% e entre pretos e pardos eleva para 70,6%. A necessidade de trabalhar aparece como a principal razão para o abandono escolar. Esse dado reforça a correlação entre renda familiar e escolarização, evidenciando que

muitos jovens precisam escolher entre estudar e contribuir financeiramente para suas famílias. O que reflete no maior abandono por parte de alunos do gênero masculino. Já entre as mulheres, grande parte abandonaram os estudos por gravidez ou responsabilidades familiares. Cabe lembrar ainda que grande parte dos jovens que abandonaram os estudos já estavam fora da faixa etária adequada para o Ensino Médio, o que sugere que reprovação e defasagem idade-série são fatores determinantes para a evasão. Conforme podemos observar:

Tabela 4.1 – Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo o gênero, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	Indicadores de educação (%)					
	Taxa de escolarização	Taxa ajustada de frequência escolar líquida	Frequência escolar adequada	Atraso escolar dos estudantes	Não frequenta escola e já concluiu a etapa	Não frequenta escola e não concluiu a etapa
Total	30,5	25,9	21,6	8,9	4,3	65,2
Gênero						
Homem	27,7	21,8	18,3	9,4	3,5	68,8
Mulher	33,4	30,1	25,1	8,3	5,1	61,5
Cor ou raça						
Branca	36,5	36	29,5	7	6,5	57
Preta ou parda	26,5	19,3	16,4	10,1	2,9	70,6
Grandes Regiões						
Norte	31,8	21,7	19,1	12,7	2,7	65,5
Nordeste	28,9	20,5	17,6	11,3	2,8	68,3
Sudeste	30,2	28,6	23,2	7	5,3	64,5
Sul	32,9	29,7	25,1	7,8	4,7	62,4
Centro-Oeste	32,4	30,4	25,2	7,1	5,1	62,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

As informações apontaram que a taxa de repetência no Ensino Médio foi de 3,9%, e a taxa de evasão atingiu 5,9%, o que reforça a necessidade de investimentos em ensino de qualidade, métodos pedagógicos mais inclusivos e acompanhamento dos alunos em risco de

abandono. A evasão precoce, como a registrada no 1º ano do Ensino Médio entre 2020 e 2021 (7%), indica que muitos estudantes já ingressam nessa etapa com dificuldades de aprendizagem acumuladas.

Outro aspecto relevante é a desigualdade racial presente nesses indicadores: sete em cada dez jovens que não concluíram o Ensino Médio são negros, evidenciando a interseção entre raça e acesso à educação. Isso demonstra a necessidade de políticas afirmativas voltadas a esse público, incluindo bolsas de estudo, programas de permanência escolar e maior investimento em escolas de comunidades vulneráveis, e que as existentes sejam implementadas, como é o caso do “Pé de Meia”⁹

Em relação ao sexo, seis em cada dez que abandonaram a escola são do sexo masculino. O que reforça a necessidade de trabalhar e ajudar nas despesas da casa. Como podemos verificar no gráfico abaixo.

Tabela 4.2 – Pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, segundo o gênero e a cor ou raça

Sexo e cor ou raça	Total	
	Absoluto (Milhões)	Percentual (%)
Total	9	100
Gênero		
Homem	5,2	58,1
Mulher	3,8	41,9
Cor ou raça		
Branca	2,5	27,4
Preta ou parda	6,4	71,6

Fonte: Coordenação de Domicílios, IBGE, Diretoria de Pesquisas, de Pesquisas por Amostra de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

⁹ O Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024 e regulamentado pelo Decreto nº 11.901/2024, representa uma política pública de combate à evasão e ao abandono escolar no Ensino Médio público brasileiro. Configurado como um incentivo financeiro-educacional sob a modalidade de poupança forçada, o programa vincula repasses monetários condicionados a matrícula, a assiduidade escolar mínima de 80% e a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Apesar dos desafios, o avanço da alfabetização ao longo das décadas é um ponto positivo. A taxa cresceu de 44,0% em 1940 para 93,0% em 2022, o que indica progresso contínuo na garantia do direito básico à leitura e escrita. No entanto, os dados mostram que 9 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos não concluíram a educação básica, o que aponta para a necessidade de reforço em programas de educação da EJA e iniciativas direcionadas para essa etapa da escolarização. Dados que vem ser confirmados pela tabela abaixo. Onde podemos observar que 17,9% da população de 14 a 29 anos já frequentaram a escola, porém abandonou os estudos. Vemos que o maior índice de evasão é entre os habitantes da região nordeste que chega a 24,5%.

Tabela 4.3 – Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo e que já frequentaram escola, por idade em que abandonaram a escola pela última vez, segundo o gênero, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%).

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	Idade em que abandonou a escola pela última vez (%)						
	Até os 13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos ou mais
Total	6,2	6,6	12,6	16	19,5	21,1	17,9
Gênero							
Homem	6,1	5,9	12,2	15,2	19,7	22,4	18,4
Mulher	6,4	7,6	13,3	17	19,2	19,1	17,2
Cor ou raça							
Branca	5,4	6,7	12,3	17	20,6	22,7	15,2
Preta ou parda	6,6	6,6	12,8	15,5	19,1	20,4	19
Grandes Regiões							
Norte	7,4	7,2	12,8	13	15,9	19,3	24,5
Nordeste	7,3	6,4	12	14,4	18,3	20,1	21,6
Sudeste	5,3	6,9	13,1	17	21,2	22,6	13,8
Sul	5,5	6,5	13,5	18,7	21,4	20,4	14
Centro-	5,3	6,1	11,6	17,8	19,3	22,3	17,5

Oeste

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa por Amostra Contínua 2022.

Portanto, os números revelam que, apesar dos avanços na alfabetização, a conclusão do Ensino Médio ainda é um desafio para milhões de brasileiros. A relação entre evasão escolar, pobreza e desigualdade racial são fatores relevantes.

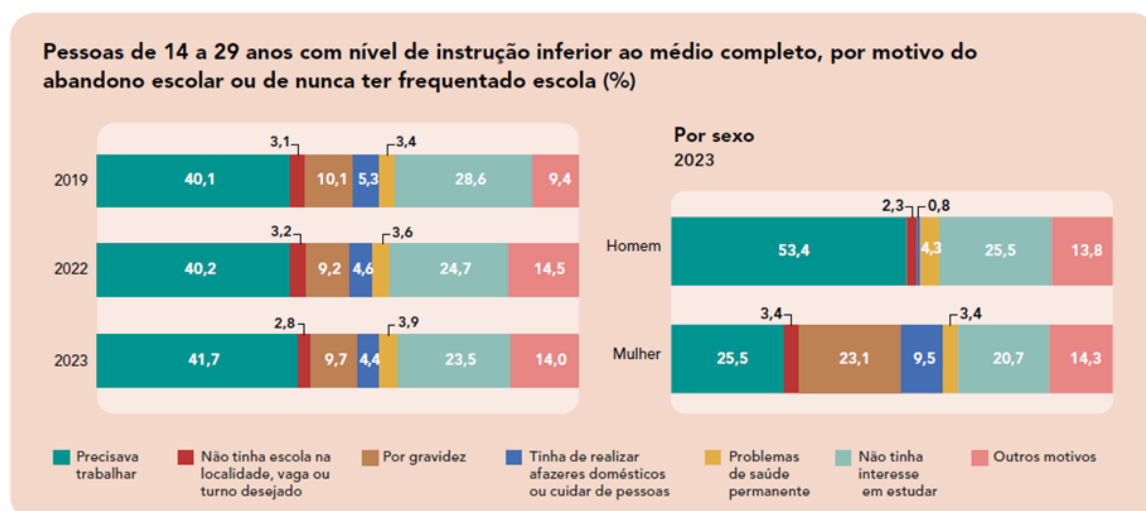
A análise dos dados revela um cenário preocupante para a educação no Brasil: um em cada cinco jovens não concluiu o Ensino Médio e não frequenta a escola. Essa realidade reflete desigualdades sociais e econômicas que persistem no país, afetando de maneira mais acentuada, determinados grupos, como as mulheres, que enfrentam barreiras adicionais tanto no acesso à educação quanto no mercado de trabalho. Entre os principais fatores que contribuem para a evasão escolar estão a necessidade de trabalhar, a falta de interesse e dificuldades financeiras.

Observa-se que cerca de 40% da causa do abandono escolar é para trabalhar e que esse valor teve um discreto aumento com a pandemia do COVID-19 (pandemia causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2)¹⁰.

Considerando apenas os homens, o percentual dos que deixaram a escola para trabalhar passa para 53,4%, enquanto o das mulheres cai para 25,5%, desde a última pesquisa anual. Outro valor de destaque no público feminino é a gravidez na adolescência, que corresponde a 23,1%, tornando-se muito expressivo para esse público.

Outro fator que merece destaque é que em todas as formações do gráfico o número de estudantes que não querem estudar passa dos 20%. Fatos expresso no gráfico:

Gráfico 4.2 – Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo de abandono escolar ou que nunca frequentaram a escola (%)



rapidamente se espalhou pelo mundo levando a muitas restrições para a população mundial)

Embora grande parte dos jovens fora da escola expressem o desejo de concluir a educação básica, obstáculos como responsabilidades familiares e a necessidade de gerar renda impedem esse retorno. Para enfrentar essa questão, especialistas sugerem uma abordagem intersetorial, que inclua maior flexibilidade nos horários escolares, ampliação das opções de ensino online e incentivos financeiros para que esses jovens consigam retomar os estudos sem comprometer sua subsistência. Além disso, é essencial que o ensino seja mais atrativo e contextualizado com a realidade dos alunos, de forma a aumentar seu engajamento e motivação para permanecer na escola e de forma gradativa minimizar as desigualdades estruturais e históricas que ainda afetam o acesso à educação de qualidade para populações marginalizadas. Esses dados apontam para a necessidade de investimentos direcionados a regiões e grupos mais vulneráveis, garantindo uma educação mais equitativa.

A comparação entre os sexos mostra que as mulheres têm uma taxa de alfabetização ligeiramente superior à dos homens (93,5% contra 92,5%). No entanto, essa vantagem se inverte entre idosos com 65 anos ou mais, evidenciando desigualdades educacionais históricas. Além disso, a taxa de analfabetismo é maior em municípios pequenos, especialmente aqueles com menos de 20.000 habitantes, destacando o impacto das limitações estruturais na oferta de ensino de qualidade.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 mostram que, embora tenha havido avanços na alfabetização, as desigualdades educacionais ainda são marcantes. Regiões mais pobres do país apresentam índices de escolarização inferiores à média nacional, evidenciando a necessidade de ações focalizadas para reduzir essas disparidades. Programas de ensino em tempo integral, qualificação de professores e investimentos na infraestrutura escolar são algumas das estratégias que podem minimizar essas desigualdades e garantir uma educação de qualidade para todos.

Além disso, a evasão escolar continua sendo um obstáculo significativo para a universalização do ensino básico. Portanto, políticas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes na escola, são fundamentais. A implementação de programas de assistência estudantil, aliada a currículos mais dinâmicos e adaptados às necessidades do mercado de trabalho, pode ajudar a manter os jovens engajados e motivados a concluir sua formação.

A pesquisa reforça a importância de uma abordagem sistêmica para enfrentar os desafios educacionais do país, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a uma

educação de qualidade. Para isso, é imprescindível um compromisso contínuo do poder público na formulação e implementação de políticas efetivas que promovam a equidade e a inclusão educacional.

O combate à evasão escolar deve ser uma prioridade para o Brasil, pois a educação desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais equitativa e desenvolvida. A redução das desigualdades educacionais passa por ações que garantam condições dignas para que todos os jovens concluam o Ensino Médio e tenham acesso a oportunidades de crescimento. Sem investimentos adequados e planejamento eficiente, a realidade de exclusão educacional e social continuará a ser um obstáculo ao desenvolvimento do país.

A análise dos dados reforça a importância de políticas públicas voltadas à permanência escolar, reduzindo desigualdades educacionais e ampliando as oportunidades para as novas gerações. Além disso, ao integrar diferentes fontes de informação, o estudo amplia sua confiabilidade e abrangência, permitindo um diagnóstico mais preciso sobre os entraves à universalização da educação básica no Brasil.

Diante desse cenário, é fundamental que o Brasil adote estratégias mais efetivas para garantir que mais jovens possam concluir sua educação básica. Isso inclui a implementação de políticas públicas que incentivem a permanência escolar, a ampliação do acesso a bolsas de estudo e programas de apoio financeiro. Apenas com um esforço conjunto e contínuo será possível reduzir as desigualdades educacionais e garantir um futuro mais promissor para as próximas gerações.

A pesquisa evidencia a necessidade urgente de políticas educacionais que promovam a inclusão e a permanência dos jovens na escola, sobretudo em contextos socioeconômicos desfavoráveis. A educação é um direito fundamental e um fator determinante para o desenvolvimento social e econômico de um país. No Brasil, apesar dos avanços registrados na alfabetização e na conclusão do ensino básico, persistem desafios estruturais que impedem a universalização do ensino e a redução da evasão escolar.

A importância de políticas públicas bem estruturadas para garantir o acesso e a permanência dos jovens na escola não pode ser subestimada. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas ambiciosas para a melhoria da qualidade educacional e a ampliação do acesso à educação. No entanto, a efetivação dessas metas depende de uma abordagem integrada, que envolva diferentes setores da sociedade e níveis de ensino.

A EJA no Ensino Médio se configura como um importante instrumento de inclusão e promoção social, possibilitando o acesso à educação formal e ampliando horizontes para

jovens e adultos que, por diversos motivos, não puderam concluir seus estudos anteriormente. Apesar dos desafios, como a evasão escolar, a falta de investimentos e a necessidade de metodologias mais adaptadas, é possível perceber avanços significativos.

Para que a EJA cumpra plenamente seu papel, é fundamental que haja políticas públicas mais concretas e maior valorização dessa modalidade de ensino. A educação, quando acessível e de qualidade, pode transformar vidas, reduzir desigualdades e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso se faz necessário também a análise do perfil atual deste público.

Em todo contexto histórico o perfil dos alunos da EJA sempre foi marcado por pessoas adultas, já inseridas no mercado de trabalho, que muitas vezes não tiveram o acesso nem a introdução aos estudos. Sempre com alunos de origens diversificadas. Esse perfil foi alterado no decorrer da história, como destaca (Santos, 2021). “Trata-se de um público heterogêneo, majoritariamente composto por mulheres, pessoas negras ou pardas e residentes de áreas periféricas ou rurais (...)” (Santos, 2021, p. 10). Porém, como Silva destaca, esse perfil vem se modificando, sendo cada vez mais expressivo o número de jovens.

Assim, há uma parcela expressiva de jovens que têm acessado a EJA formada não apenas por aqueles que nunca foram à escola – devido a circunstâncias específicas relativas a um dado contexto social –, mas também pelos que frequentam a escola denominada regular e, por motivos mais diversos, não concluíram suas trajetórias de escolarização na idade/série. (Silva, 2024. p.118)

Tornando dessa forma mais representativo o número de jovens que abandonaram a escola; porém o perfil social permanece, são pessoas que vivem em periferias, favelas, vilas e bairros pobres, principalmente nas grandes cidades; são majoritariamente negros. Que tem a necessidade de adquirir as habilidades básicas, para integrar a sociedade de forma ativa e crítica, e não somente como mão de obra.

Entre os principais desafios estão a defasagem nas habilidades básicas, como leitura e escrita e a precariedade de recursos pedagógicos e infraestrutura. A adoção de metodologias que valorizem as vivências dos alunos e a formação continuada dos docentes aparecem como estratégias eficazes para melhorar a aprendizagem. As perspectivas de avanço envolvem o fortalecimento das políticas públicas, a qualificação profissional integrada à educação e a criação de espaços de apoio psicológico e social nas escolas (Santos, 2021, p. 11).

Trazendo a discussão para um contexto mais atual, é possível perceber que ao entrar em uma sala de aula de EJA pode-se observar a várias idades existentes em um único local. E analisando a situação por um ponto de vista mais crítico, a temática abordada possui uma relevância histórica e social gritante, isso implica dizer que nosso sistema educacional ainda precisa realinhar suas práticas e formas de ensino.

Embora sejam diversas e controversas as definições e as perspectivas de análise sobre a temática, parece-nos que há o consenso de que a juventude é um produto histórico da modernidade. De uma modernidade que trouxe consigo a escola para as massas, a demarcação de um tempo específico para aprender, instituiu a crescente intervenção do Estado-Nação na regulação da sociedade, construiu a juventude como uma categoria social e, especialmente, provocou profundas mudanças sociais, muitas delas fizeram nascer um conjunto de problemas que, associados a uma população jovem, contribuíram para que esta se tornasse objeto de consciência social (SILVA, 2019, p. 45).

Foi essa mesma modernidade que, segundo Silva (2019), solidificou uma concepção de juventude associada ao período de preparação para a vida adulta, principalmente demarcada pelo período de transição da inatividade para o ingresso no sistema produtivo capitalista. Sendo assim, a juventude vem a ser compreendida como uma mera passagem para a maturidade, vivida em uma espécie de “etapa moratória social”, cuja tarefa é a preparação para a vida adulta, ou seja, um crédito de tempo concedido a esse segmento para a aquisição de estruturas necessárias à vida adulta.

Na perspectiva analítica dos estudiosos sobre o assunto, os jovens eram socializados em meio a outras gerações, sendo educados para a vida em contato direto com o adulto. Essa imersão com outros grupos etários não formava a juventude como uma categoria sociologicamente diferenciada. Posteriormente, no entanto, os jovens passaram a ser afastados da vida social, separados em escolas com o objetivo de aprender as normas da vida em sociedade. A partir de então, começam a se estruturar como uma categoria social específica.

4.3 A escola e sua (in)capacidade de responder às juventudes

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de um país, sendo um direito garantido pela Constituição de 1988. Apesar da redução do analfabetismo no Brasil, a taxa de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Médio ainda

é alarmante. Segundo a Pnad Contínua Educação 2023¹¹, apenas 54,5% da população com 25 anos ou mais concluiu pelo menos essa etapa de ensino, evidenciando desafios persistentes. No Brasil, 8,8 milhões de jovens de 18 a 29 anos não finalizaram o Ensino Médio nem estão matriculados em nenhuma instituição, o que levanta preocupações sobre seu futuro.

A evasão escolar é um fenômeno complexo influenciado por diversos fatores socioeconômicos e raciais. O Censo Demográfico de 2022 permite uma análise aprofundada dessa realidade, levando em consideração variáveis como idade, cor ou raça, gênero, tamanho dos municípios e distribuição geográfica. Jovens de famílias em situação de vulnerabilidade enfrentam barreiras significativas para a continuidade dos estudos, como a necessidade de trabalhar precocemente para complementar a renda familiar e a falta de acesso a recursos educacionais de qualidade.

A permanência na escola também está diretamente ligada às condições estruturais do sistema educacional, incluindo a qualidade da infraestrutura, a formação dos professores e a disponibilidade de programas de apoio. A falta de incentivos adequados para a educação de jovens e adultos contribui para a manutenção do ciclo de exclusão social, limitando oportunidades de emprego e reduzindo a mobilidade social dessas gerações.

O impacto da evasão escolar no futuro desses jovens é preocupante, pois restringe o acesso a melhores oportunidades de trabalho e amplia desigualdades sociais. O cenário de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo exige qualificação, e a ausência de formação adequada pode condenar milhões de brasileiros a empregos precários e mal remunerados. Dessa forma, é imprescindível a implementação de políticas públicas funcionais, como programas de assistência financeira, melhorias na qualidade do ensino e iniciativas de incentivo à educação técnica e profissionalizante.

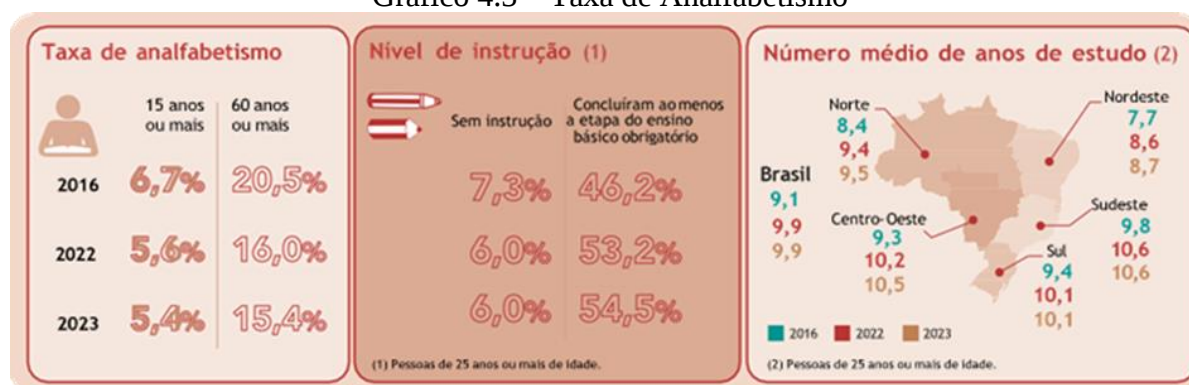
A presente pesquisa foi realizada tendo como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Censo Demográfico de 2022. Utilizou-se informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que investiga as condições do mercado de trabalho e da escolarização da população brasileira, seguindo metodologias reconhecidas internacionalmente para garantir a comparabilidade dos dados. Além disso, foram consideradas para o presente trabalho informações da pesquisa “Juventudes fora da escola”, que também consta na PNAD Contínua. A amplitude da pesquisa “Juventudes

¹¹A Pnad Contínua Educação 2023 pode ser acessada no link: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102068> - também disponível na bibliografia da presente pesquisa.

fora da escola” abrangeu cerca de 1.600 jovens em todo o país, oferecendo um panorama detalhado sobre as motivações para a evasão escolar.

Os dados foram coletados através do Questionário Básico do Censo de 2022, que seguiu as diretrizes estabelecidas pela Divisão de Estatística da ONU. A amostra incluiu aproximadamente 163 milhões de pessoas com 15 anos ou mais, revelando uma taxa de alfabetização de 93,0% e um índice de analfabetismo de 7,0%. Já a PNAD Contínua: Educação 2023 permitiu uma análise atualizada da escolarização da população adulta, utilizando metodologia estatística aplicada a amostras representativas, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 4.3 – Taxa de Analfabetismo

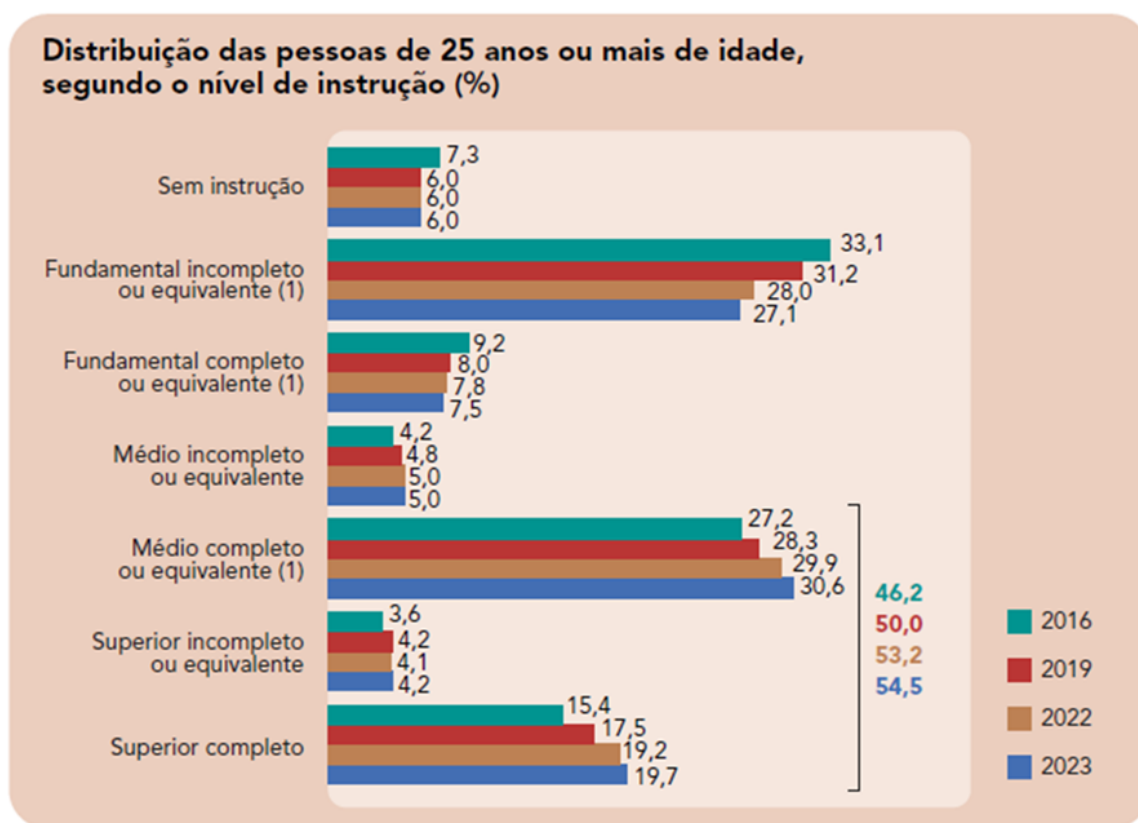


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

Observa-se uma redução significativa nos índices de analfabetismo, principalmente entre os mais jovens. Porém quando se analisa a taxa de conclusão da escolarização básica, ou seja, o Ensino Médio, percebe-se que quase metade da população ainda não tem acesso a esse direito constitucional, e mais preocupante é o aumento gradativo do número de pessoas com 25 anos ou mais sem a conclusão do Ensino Médio, o que vem na contramão da queda do analfabetismo. Tornando relevante o assunto deste estudo.

De acordo com o gráfico seguinte é possível observar que entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, apesar de o analfabetismo estar em 6% da população a taxa dos que não concluíram o Ensino Médio está em 27,1% da população. Mais de um quarto para essa faixa etária. Sendo um número muito maior do que aqueles que têm o ensino superior completo, que corresponde a menos de 20% da população, de acordo com os dados da pesquisa.

Gráfico 4.4 – Distribuição das pessoas de 25 anos de idades ou mais segundo a instrução (%)



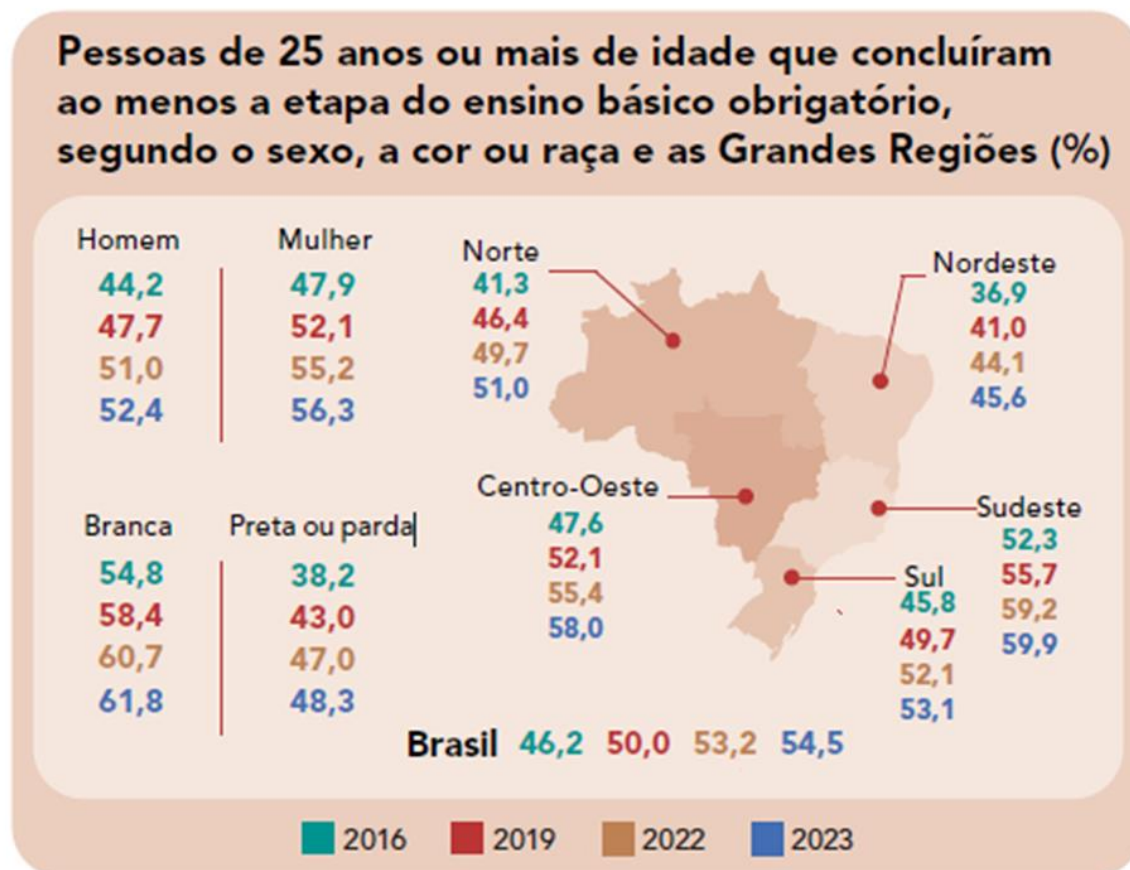
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023

(1) As diferenças entre 2022 e 2023 são significativas ao nível de confiança de 95%

A pesquisa aponta que, apesar do avanço na alfabetização, ainda há desafios significativos na conclusão do Ensino Médio, principalmente entre jovens de baixa renda.

A combinação desses estudos possibilita uma compreensão sobre a relação entre escolarização e fatores socioeconômicos, etários e regionais. Observando o gráfico abaixo:

Gráfico 4.5 – Pessoas de 25 anos ou mais que concluíram ao menos o ensino básico



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023

Fica claro que os fatores socioeconômicos, etários e regionais, assim como gênero tem uma relação direta com a evasão escolar. A pesquisa aponta que há desafios significativos na conclusão do Ensino Médio, principalmente entre jovens de baixa renda.

4.4 Juvenilização da EJA

Historicamente, a EJA foi desenhada para o trabalhador adulto que não teve acesso à escola na idade prescrita. A modalidade carrega o estigma da "correção de fluxo", mas hoje enfrenta um novo desafio: ela não recebe mais apenas o adulto/idoso, mas sim um público cada vez mais jovem que foi excluído do ensino regular recentemente.

Para muitos jovens e adultos da classe popular, a juventude consiste em uma fase da vida em que, muitas vezes, têm de decidir entre os desafios de estudar versus trabalhar ou vice-versa. Em contrapartida, as necessidades do trabalho sobrepujam a escola em muitos aspectos e, não por acaso, resulta na evasão escolar decorrente do abandono precoce das salas de aula para

auxílio e/ou composição da renda familiar (Ferreira; Vieira; Souza, 2025, p.3).

Considerando que juventude é uma fase de mudanças, escolhas e construção da própria personalidade, existem jovens que pertencem a famílias com condições financeiras precárias, os levando a mais um conflito, a escolha entre trabalhar e contribuir com a renda familiar ou estudar.

(...) a Juvenilização nas turmas da EJA tem se justificado como consequência de problemas estruturais, sejam educacionais ou sociais, que permanecem ao longo do tempo (Silva; Santos, 2024, p.128)

Mas existe uma gama extensa de fatores que vem contribuindo para esse efeito de juvenilização da EJA. Cabe destacar que a dificuldade de aprendizagem e desinteresse pelo estudo, defasagem idade série são também causa do abandono escolar.

(...) ampliação da oferta escolar não foi acompanhada de uma melhoria da qualidade do ensino. Esse processo de expansão das escolas, sem as condições adequadas de funcionamento, associada à pobreza e extrema pobreza em que vivia a população brasileira(,,,) O resultado desse processo é que, no conjunto da população, assistimos paulatinamente à mudança do perfil dos analfabetos absolutos por um numeroso grupo de jovens e adultos denominados de analfabetos funcionais. (Silva; Santos, 2024, p.126)

A ampliação da escolarização surgiu com um fator positivo, porém a qualidade da educação não se manteve, gerando diversos problemas de aprendizagem e defasagem idade série, e ainda o crescente número de analfabetos funcionais. Principalmente entre os alunos de maior vulnerabilidade. Como pode-se destacar o desinteresse do jovem contemporâneo pelo estudo, as dificuldades de aprendizagem e a defasagem idade série que são apresentados por Souza; Oliveira, 2025 como também diversos outros fatores.

(...) diante das mudanças históricas e sociais recentes. A juvenilização na EJA é influenciada por diversos fatores, incluindo o desinteresse pela escola regular, a necessidade de qualificação profissional, pressões familiares e sociais para concluir os estudos, além de alterações legislativas que permitem a matrícula de jovens a partir dos 15 anos (Souza; Oliveira, 2025, p. 8).

A necessidade de uma qualificação rápida para entrar no mercado de trabalho de imediato muitas vezes força esses jovens a se matricular na EJA, pois tem urgência em finalizar a escolarização básica. Outras vezes a própria família pressiona para essa conclusão e a legislação vem legalizar esse processo. Esses jovens não concluem o Ensino Médio na

idade prescrita e veem na EJA a possibilidade de um estudo mais rápido, de forma mais flexível sendo um atrativo para esse público.

O fato desses estudantes jovens estarem nas turmas de EJA cuja proposta curricular atende a uma dinâmica própria, faz com que os comportamentos e atitudes do ensino regular sejam 'migrados' para as turmas da modalidade, ou seja, o jovem que apresentou atitudes de pouco interesse pela sala de aula, baixo rendimento, indisciplina no comportamento de lidar com o professor e demais colegas, somada à frequência irregular no ensino regular agora está em outra modalidade de ensino sem compreender o sentido para a aprendizagem (Ferreira; Vieira; Souza, 2025, p.8-9).

Segundo Arroyo (2017), a EJA deixa de ser um espaço de "retorno" para se tornar um espaço de "passagem" precoce. Esse fenômeno desafia as políticas públicas, pois a presença massiva de adolescentes se opõe à proposta original da modalidade, exigindo novas práticas pedagógicas que deem conta das especificidades da juventude em situação de vulnerabilidade social, levando os professores a necessidade de lidar com a cultura juvenil, o imediatismo e as demandas desse novo público, considerando que já apresentaram diversas dificuldades no ensino regular, portanto trazem essas demandas para a essa modalidade de ensino. O que torna esse trabalho ainda mais desafiador, tornando uma necessidade imediata de novas políticas públicas educacionais de reestruturação tanto do ensino regular como da EJA.

(...)emergência de uma política educacional que responda à crescente demanda de jovens que, por diferentes razões, não conseguiram concluir seus estudos no tempo adequado. O estudo identifica falhas do sistema regular de ensino, que muitas vezes não oferece suporte para esses alunos, e a importância de políticas públicas inclusivas que se adaptem às necessidades desse público específico. (Souza; Oliveira, 2025, p.14)

Essa reestruturação em ambas modalidades de ensino se faz necessária e urgente, pois precisa reduzir esses fatores de evasão escolar, mas também acolher os que já passaram por ela. Mas se trata de um processo complexo, devido à amplitude de abrangência da mesma.

Assim surge uma questão desafiadora: "Como a EJA pode cumprir sua função reparadora se ela se tornou um depósito de jovens, posto que o sistema regular não conseguiu desempenhar o seu papel?".

Nesse contexto a EJA vem com a missão de ressignificar a educação para esses jovens, evadidos do ensino regular.

Nesse sentido, a EJA deve ser pensada como medida de ação afirmativa e enquanto espaço de (re)existências, capaz de ressignificar, por meio de práticas interculturais, decoloniais e antirracistas, trajetórias marcadas por negações de direitos humanos e sociais (Silva; Santos, 2024, P. 131).

Passando a ser muito mais que uma simples escolarização, mas articulando a e ressignificando a trajetória de alunos que estavam à margem, os tornando capazes de acessar todos os direitos humanos e sociais.

Novamente os educadores se veem em um grande desafio, trabalhar com a diversidade etária na mesma sala, lidar com o choque entre o idoso que busca o letramento como realização pessoal e o jovem que busca apenas o certificado rápido para o mercado de trabalho. Além da necessidade de um currículo que não seja apenas uma "compactação" do ensino regular, mas algo que faça sentido para a vida desses jovens. Em um cenário em que os educadores se vêem sem apoio, com condições restritas no desenvolvimento deste trabalho. Os professores são responsabilizados pelo insucesso, mas na prática as condições de trabalho não são adequadas, bem como a inexistência de material e formação direcionada para essa modalidade de ensino, com a visão da atualidade e das necessidades reais desse novo perfil de alunos.

Destaca-se que a modalidade tem sido alcançada por uma juventude que, ao passar pelo ensino regular, não deu continuidade aos estudos. Essa interrupção, por quaisquer motivos, ganha relevância nos estudos da educação de jovens e adultos que tem a finalidade de reparar uma dívida social com os que passaram pela escola convencional e não permaneceram, assim como tem o dever de garantir uma educação em condições dignas e adequadas à aprendizagem e, sobretudo o direito de ter o direito de estudar e aprender ao longo da vida (Ferreira; Vieira; Souza, 2025, p. 19).

Fazendo-se necessário uma revisão em todo esse processo de ensino e aprendizagem, pois é essencial uma adaptação constante para atender de forma efetiva as necessidades do público alvo. E esse uma vez com perfil diferente requer um novo enfoque. E um conhecimento sobre esse novo perfil e as causas desta nova realidade.

A partir dos dados coletados, em diálogo com autores da área, problematizam a presença majoritária de jovens na EJA, particularmente jovens negros, e o que isso pode representar como um processo de marginalização desses sujeitos no projeto de universalização educacional regular, de onde são excluídos. Vem demonstrar e analisar criticamente como a política de universalização da educação básica tem falhado em incluir jovens, especialmente jovens negros, na trajetória regular de ensino, resultando no fenômeno de "juvenilização e enegrecimento" da EJA.

Em essência, a pesquisa argumenta que a crescente presença desses grupos na EJA não é apenas uma questão demográfica, mas um reflexo das desigualdades e da marginalização dentro do sistema educacional, que empurra esses jovens para uma modalidade de ensino historicamente destinada a suprir a dívida educacional de adultos. Gerando a necessidade de

novas políticas públicas para a reestruturação da EJA, de forma a atender a essa nova realidade.

(...). Se inicialmente foi concebida como oportunidade para os que não estudaram na idade própria, abarcou não apenas estes, mas também estudantes que tiveram, mesmo em idade própria, uma relação conflituosa com a escola (provavelmente com a vida). Dessa forma, a EJA configurou um espaço de recolhimento daquelas frações que experimentaram uma verdadeira corrida de obstáculos com regras mais severas - os excluídos -, sem proporcionar a eles desigualdade de tratamento, desejável quando se trata de desiguais (Teixeira, 2022, p. 9).

O papel da EJA vem se modificando, sendo inicialmente criada para atender as pessoas que nunca tiveram a oportunidade de frequentar uma escola, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos e depois de um longo período retornam, já com a idade avançada, para conquistar essa conclusão. Atualmente, tem se notado o atendimento de um público mais jovem, com idade entre 18 e 29 anos. Alunos que por motivos variados, como a necessidade de trabalhar, as dificuldades de aprendizagem, a necessidade de cuidar de parentes, a dependência química, entre outros fatores de vulnerabilidade impedem a da escolarização básica na idade prescrita, gerando um fracasso escolar no Ensino Regular.

(...)com a produção do fracasso escolar no Ensino Regular e sinalizam quem são esses sujeitos. A conclusão a que se chega é que são os de sempre: jovens, pobres, periféricos. Em sua maioria, jovens negros, ainda excluídos do seu lugar na sociedade e na escola, vítimas de mecanismos de seleção e segregação. (Teixeira, 2022, p. 18).

A escola regular perde o seu papel de agente de inclusão, sendo evidente na análise dos alunos que são excluídos desse processo, são sempre os que já vem de uma realidade vulnerável e mais uma vez se veem excluídos. E grande parte deles vê na EJA a possibilidade de concluir seus estudos de forma mais rápida e com uma estrutura mais acolhedora.

A crescente participação de jovens na EJA traz à tona a falência do sistema educacional regular, que falhou em fornecer condições adequadas para que esses alunos permanecessem na escola. A transição dos alunos da educação regular para a EJA exige uma abordagem pedagógica diferenciada, que considere as especificidades dos jovens e suas realidades, além de um acompanhamento contínuo que favoreça sua permanência no processo educativo. A EJA não pode ser vista apenas como uma solução compensatória, mas como um meio de promover a inclusão social, o desenvolvimento de competências cidadãs e a valorização dos saberes desses alunos. (Souza; Oliveira, 2025, p.15)

E também para amenizar este número crescente de jovens que evadem da escola regular, como Teixeira(2022) denomina ““sobrantes” do processo de universalização” da educação regular.(Teixeira, 2022. P. 18)

A complexidade e a amplitude das questões referentes à juvenilização e ao enegrecimento da EJA não se esgotam neste texto, porém chamam atenção para importância de políticas específicas direcionadas aos “sobrantes” do processo de universalização em curso: os que estão na EJA e os outros que estão por aí, agora, ainda matriculados no Ensino Regular ou fora da escola sem políticas institucionais que deem conta de suas particularidades.(Teixeira, 2022. P. 18)

A autora lembra ainda além do compromisso com a elevação da qualidade e equidade da educação, o crescente número destes “sobrantes” que não se matriculam na EJA e ficam totalmente fora do processo educativo.

O compromisso com a melhoria da qualidade da Educação e da redução das desigualdades passa, entre outras questões, pela necessidade de atuação na demanda por escolarização já consolidada e também por medidas preventivas e qualitativas na educação dos jovens que vêm sendo, ininterruptamente, vítimas da produção de desigualdades e da omissão do poder público (Teixeira, 2022, p. 18).

Assim, a EJA necessita de mais atenção e recursos para expandir e lidar com a nova realidade de sua demanda, para acolher e desenvolver as práticas de aperfeiçoamento dos profissionais da educação, viabilizar a condições de um ensino que atenda a realidade de seus alunos, revertendo a exclusão a que foram submetidos no ensino regular.

A EJA assume, portanto, a função de lidar com estes jovens e a demanda imposta clama por outra escola. Ao se colocar como promessa de garantia de direitos, a EJA deve estar atenta ao papel que desempenha na vida dos seus jovens sujeitos e buscar.(Teixeira, 2022, p. 18)

Desta forma o papel da EJA vem não só se modificando, mas sendo ampliado para um público cada vez mais jovem com todas as particularidades de cada uma das suas faixas etárias.

Silva; Santos (2024) destacam que a juventude não era vista como um grupo social diferenciado, pois eram colocados juntos com os adultos para assim aprenderem, e com o tempo estes jovens foram separados e colocados em escolas onde passaram a aprender normas e regras para a vida social, começando a ser considerado como categoria social. Contudo, esse privilégio de ficar só estudando e se preparando para o vir a ser um adulto é um privilégio de alguns grupos específicos. Os autores buscam desvendar o perfil dos jovens que estruturam esse fenômeno. Concluindo que os jovens inseridos na EJA do Ensino Médio têm um "rosto" bem definido: são, em sua maioria, jovens entre 15 e 24 anos, de baixa renda (pobres), pretos e residentes na zona urbana da Bahia. O estudo desses autores aponta que essa juventude não usufrui de um período exclusivo de preparação para a vida adulta e inicia sua atividade de

trabalho muito cedo, o que impacta negativamente e de forma "perversa" sua trajetória escolar, empurrando-os para a EJA.

A presença expressiva de jovens na EJA não só vem alterando a “fotografia” das salas de aula dessa modalidade, como também vem ganhando destaque nas discussões sobre educação, uma vez que uma parcela juvenil significativa tem construído novas configurações no cotidiano escolar, (re)organizando as relações sociais presentes na modalidade e, principalmente, colocando novos desafios para todos os atores envolvidos (Silva; Santos, 2024, p.118).

Destacam também a necessidade de haver discussões sobre a educação e a modalidade de ensino da EJA, de forma a englobar todos os atores envolvidos, orientando os educadores, porém permitindo uma maior autonomia no planejamento, que precisa ser desenvolvido em acordo com a realidade nacional, mas respeitando as particularidades locais, do grupo de estudantes.

Assim, a partir dos anos 2000, alguns estudos passaram a denominar esse processo como “o fenômeno da juvenilização da EJA”, tendo em vista a presença massiva de adolescentes e jovens nas turmas de Educação de Jovens e Adultos, destacadamente nos anos finais do Ensino Fundamental e no nível Médio. Apesar da queda do número de matrículas na EJA no país, o número de jovens nessa modalidade tem crescido nas últimas décadas. (Silva; Santos, 2024, p.118)

Observa-se que mesmo com uma tendência de queda no número de matriculados na EJA, o crescimento do número de jovens permanece constante. E na sua maioria vindo diretamente do ensino regular. E torna necessário entender as causas desta nova realidade, procurando entender as particularidades desse público, que reflete os problemas da própria sociedade.

(...) estudar a juventude se torna cada vez mais relevante pois, ela é o contingente social mais diretamente exposto aos dilemas de nossa sociedade (,,,)a situação juvenil serve para nos informar os grandes dilemas e configurações vividos na sociedade de um modo geral. (Silva; Santos, 2024, p. 120)

O perfil dos jovens que migram para a EJA, reflete os problemas estruturais da sociedade capitalista, como destaca Silva; Santos (2024), são pessoas das periferias, grande maioria negra, sem estrutura familiar, sem recursos econômicos necessários para o básico, vulnerabilidade à proximidade com a criminalidade. Assim o único desafio não é a aprendizagem. Mesmo jovens, a quantidade de problemas para a própria subsistência já torna a aprendizagem secundária para esses estudantes. E a juventude como período de aprendizagem e formação trazida pela atualidade, não é real para todos os jovens.

Contudo, esta mesma modernidade, que trouxe para alguns o tempo e lugar para aprender, trouxe para uma grande maioria problemas decorrentes de uma sociedade capitalista: pobreza, exploração econômica, delinquência e marginalidade. Porém, é a natureza desses mesmos problemas, a ameaça que eles constituem para a ordem social estabelecida e o tipo de jovens sobre os quais eles incidem – o jovem pobre – que permitem afirmar que a constituição social da juventude moderna comporta, em si, uma marca de classe (Silva; Santos, 2024, p.121).

Entrando no mercado de trabalho muito cedo, e com a necessidade de conciliar trabalho e estudo, tem sua formação comprometida, gerando uma defasagem de aprendizagem.

São jovens que, desde muito cedo, procuram trabalho e, que em muitos casos, conciliam horas de escolarização/formação com percursos laborais marcados por incertezas e impermanências (Silva; Santos, 2024, p.123).

A mudança social gerada pela escolarização fica cada vez mais distante, e a EJA é vista com uma modalidade com maior flexibilidade, proporcionando condições favoráveis para que esses jovens superem essa dificuldade.

EJA é acessada por ele pela flexibilidade e disponibilidade que a modalidade proporciona. Embora a escola seja um dos meios, se não o mais importante, para sua mudança de posição social, ela se ajusta às suas demandas reais e objetivas, haja vista que sobreviver constitui seu maior desafio diário. Apesar das condições de adaptabilidade que a mobilidade permite, este trabalho compreende, como já destacado anteriormente, que o fenômeno estudado também é intensificado por um processo compulsório de exclusão promovido pela escola para aqueles jovens “indesejados” – aqueles que já foram reprovados, aqueles que precisaram evadir ou desistir da escola por algum motivo. (Silva; Santos, 2024, p.123)

Além disso, cabe lembrar que são diversos os fatores que geram a evasão escolar, e cabe destacar a exclusão promovida pelas instituições de ensino.

Podemos afirmar que a grande maioria dos jovens que tem acessado a EJA são aqueles que desde muito cedo conciliam jornadas de trabalho com períodos interrompidos de escolarização. São os jovens que têm seus trânsitos marcados, quase sempre concomitantemente, por extensas jornadas de atividade laboral ou pela busca de um emprego, com horas de investimento pessoal em formação. (Silva; Santos, 2024, p.123)

Assim, cabe ressaltar que essa reestruturação da EJA por si só não resolveria todos os problemas, já que são muito além, abrangendo questões de outras modalidades de ensino e histórico estruturais da sociedade.

A responsabilidade dessa adequação não fica restrita aos educadores da EJA, devem incluir também novas políticas de reestruturação do ensino regular, formas de acesso e

permanência das populações em vulnerabilidade social à escola no tempo prescrito, como destacam Souza e Oliveira.

(...) Com o aumento da presença de jovens na EJA, os responsáveis pela formulação de políticas educacionais podem começar a desenvolver estratégias específicas para atender às necessidades desse grupo demográfico. Estas estratégias podem envolver programas de apoio, métodos de ensino diferenciados ou políticas de reintegração escolar (Souza; Oliveira, 2025, p.10).

Cabe ainda lembrar que esse processo não é rápido ou único trata-se de um processo em que, como destacam os autores, devem analisar os resultados e refazer as estratégias periodicamente.

Após a implementação das políticas educacionais, é importante avaliar o impacto dessas políticas, examinando se/como as estratégias estão sendo eficazes na prevenção e no progresso educacional dos jovens na EJA. Com base nos resultados da avaliação, as políticas podem ser reformuladas para melhor atender às necessidades identificadas, incluindo ajustes no currículo, oferta de suporte ou implementação de novas abordagens pedagógicas (Souza; Oliveira, 2025, p.10-11).

A avaliação do processo educacional deve ser constante e integrada com a elaboração de novas políticas, que atendam a as particularidades identificadas no processo.

Sendo a juvenilização da EJA uma consequência direta do fracasso do sistema de ensino regular em reter esses alunos, sendo a EJA o espaço onde essa juventude busca reverter o insucesso escolar e alcançar a transformação social e a melhoria de vida que almejam através da educação. O fenômeno exige, portanto, atenção às suas implicações curriculares para que a modalidade cumpra seu papel de oferecer uma formação humana completa e adequada a esse público.

A educação de jovens e adultos se torna uma política de reparação às vítimas do abandono e exclusão escolar que não pode ser analisada de forma isolada, mas interseccionada a outras políticas integradas às garantias do direito à aprendizagem como a saúde, direitos humanos, inclusão e cidadania, entre outras (Ferreira; Vieira; Souza, 2025, p.4).

Desta forma a EJA assume um papel social de reparação, garantindo a um público um direito constitucional, em seu papel de oferecer uma formação humana completa e adequada a esse público.

(...) o certificado escolar traz para a vida do jovem estudante trabalhador, pobre e da periferia, a conquista de um orgulho pessoal e profissional representado, quase sempre, pela luta por libertação das injustiças de uma sociedade desigual e excludente. A concepção das desigualdades políticas de educação para a EJA entre os estados e municípios deve ser pensada de

forma interseccionada à outras políticas e direitos pois são inúmeras questões sociais, econômicas, familiares e culturais que corroboram para a evasão escolar de jovens e adolescentes no ensino regular e, por conseguinte, para a retomada da escolarização na modalidade. Dito de outra forma, a EJA carrega em parte de sua essência as mazelas dos sistemas de ensino que fracassaram com a criança e do jovem na escola tanto na permanência da aprendizagem como na formação do sujeito-cidadão do mundo. (Ferreira; Vieira; Souza, 2025, p.11)

O retorno da maioria jovem à EJA é justificado pelo fracasso escolar. Eles são vítimas da "marginalização" do ensino regular e movidos pela intenção de melhoria de vida, sonhos e desejos de transformação por meio dos estudos. Isso leva a EJA ao patamar de uma "segunda chance" para reconstruir a formação humana e acadêmica, tornando-se assim, mais que uma modalidade de ensino, um agente de reparação e ascensão econômica e social.

5 PRODUTO EDUCACIONAL – PODCAST

5.1 Definição do produto educacional

Ao contemplar o produto educacional, a intenção foi, além de simplesmente satisfazer os critérios para um mestrado profissional em educação, dar importância à pesquisa que traria benefícios produtivos para a instituição onde a pesquisa foi conduzida, bem como para EJA em escala nacional.

Dado que a pandemia obrigou todos os indivíduos a se adaptarem à realidade da utilização tecnológica na educação, é imperativo que aproveitemos esse conhecimento adquirido para aprimorar as práticas pedagógicas, agora que retomamos a normalidade.

Ademais, reconhecendo a necessidade de desenvolvimento profissional contínuo e notando o investimento limitado nesse domínio da EJA, o produto educacional selecionado foi o Podcast, devido aos seus custos mínimos de produção e divulgação. Sua acessibilidade é notável, e o formato de áudio permite o consumo em vários cenários de trabalho mecânico, como dirigir, lavar louça, caminhar e assim por diante.

Desta forma, o podcast surge como um meio excepcional de educação continuada, particularmente no que diz respeito à EJA, que historicamente tem recebido pouca atenção em termos de políticas pedagógicas.

Uma vez definido o produto educacional, o estudo será concentrado nas etapas de elaboração do Podcast, e nos meios concretos para a divulgação.

5.2 História do PODCAST

A compreensão do podcast como ferramenta pedagógica exige, primeiramente, o entendimento de sua árvore genealógica, que remonta ao rádio educativo. Desde o início do século XX, o rádio foi utilizado como estratégia de democratização do saber. No entanto, a rigidez da grade de programação sempre foi um obstáculo.

A gênese do termo *podcast* remonta ao ano de 2004, quando o jornalista Ben Hammersley cunhou o neologismo a partir da hibridização vocabular entre *iPod* (dispositivo portátil de reprodução de áudio da Apple) e *broadcasting* (transmissão radiodifundida). Sob a ótica estritamente técnica, a literatura especializada estabelece que a especificidade que distingue o podcast de um mero arquivo de áudio estático hospedado em uma página da Web reside na integração com a tecnologia RSS (*Really Simple Syndication*). É esse protocolo de

sindicação que viabiliza a automação dos fluxos de distribuição, permitindo que novos episódios sejam entregues de forma assíncrona e automática agregadores dos usuários (ASSIS, 2010; RIBEIRO, 2005).

"O podcasting não é apenas uma nova forma de rádio, mas uma nova forma de comunicação que rompe com as limitações temporais e geográficas da radiodifusão tradicional" (Moura; Carvalho, 2006, p. 35).

No Brasil, o marco inicial é o *Digitalminds*¹², criado por Danilo Medeiros em outubro de 2004. Contudo, a mídia passou por um "limbo" técnico até a popularização dos smartphones. Com a facilidade de acesso, o podcast deixou de ser um nicho de entusiastas de tecnologia para se tornar um fenômeno de massas, o que Primo (2005) identifica como uma faceta da Cultura da Convergência, onde o usuário deixa de ser apenas receptor para se tornar curador de sua própria dieta informativa.

Dentre os formatos de mídia mais adequados ao mobile first¹³ estão os podcasts uma ferramenta versátil e acessível para quem possui um smartphone (embora, também, possa ser utilizada por outros dispositivos). (...), um podcast é uma forma de tecnologia que permite a distribuição de conteúdo musical ou de áudio, apresentado em forma de episódios. Esses episódios podem ser baixados diretamente ou acessados por meio de assinaturas, permitindo que os usuários os escutem em momentos e lugares de sua escolha. Os arquivos de áudio também podem ser armazenados, permitindo que a pessoa possa ouvi-los quando achar conveniente, mesmo sem conexão com a internet. Como oferecem várias oportunidades, tanto para o consumo quanto para a produção de conteúdos, os podcasts são formatos de streaming de mídia que podem ser notados no cotidiano, pois seu consumo e produção tem se tornado algo comum. Abordando uma infinidade de assuntos, o processo de planejar, gravar e distribuir um podcast é nomeado como podcasting (Assis, Rosado, Zinho, 2021, p. 90).

¹² O Digital Minds (ou Digitalminds) é um marco histórico fundamental para qualquer pesquisa sobre áudio digital no Brasil. Ele é oficialmente reconhecido como o primeiro podcast brasileiro, lançado em 21 de outubro de 2004 pelo programador e podcaster Danilo Medeiros.

No Brasil, o primeiro podcast foi o Digital Minds, de Danilo Medeiros, iniciado em 21 de outubro de 2004. O programa surgiu a partir do blog homônimo, devido ao desejo do autor em se diferenciar dos blogs que existiam (Luiz, 2010, p. 4).

¹³ *Mobile First* significa projetar sites para dispositivos móveis primeiro, o desenvolvedor é forçado a focar no conteúdo essencial. Pois o espaço na tela de um smartphone é reduzido, não há lugar para elementos secundários.

A utilização do podcast como ferramenta de formação docente justifica-se pela sua versatilidade. Ao contrário do texto escrito, a voz carrega nuances de entonação, emoção e ritmo que facilitam a criação de vínculos empáticos entre o locutor e o ouvinte.

De acordo com Freire (2021), a educação demanda diálogo. O podcast, embora pareça uma mídia unidirecional, estimula a "escuta ativa". Ele permite a ubiquidade (acesso do conteúdo em qualquer lugar): o aluno pode aprender enquanto se desloca, realiza atividades domésticas ou em momentos de descanso, otimizando o tempo pedagógico.

A integração de tecnologias de áudio no currículo escolar possibilita o desenvolvimento de competências comunicativas e a construção de um ambiente de aprendizagem mais flexível e personalizado" (Valente, 2018, p. 122).

Além disso, a produção de um podcast promove a aprendizagem baseada em projetos. Para roteirizar um episódio, a pessoa deve pesquisar, sintetizar e argumentar, processos fundamentais para a cognição profunda.

A literatura recente aponta que o podcast reduz a carga cognitiva visual, frequentemente saturada por telas e videoaulas. Ao focar no canal auditivo, o cérebro é estimulado a criar representações mentais próprias, fortalecendo a memória de longo prazo. Portanto, não é apenas uma escolha tecnológica, mas uma decisão estratégica baseada nas teorias de multimodalidade como forma de colaborar, neste caso, na formação docente.

5.3 Educação Continuada na EJA e PODCAST

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) carrega historicamente a marca da exclusão e da necessidade de metodologias que respeitem as características do seu público. Para o professor que atua nessa modalidade, a formação continuada não pode ser apenas teórica; ela precisa ser ampla e constante, para que esse profissional consiga atender a essa demanda.

Nesse contexto, o uso do podcast emerge não apenas como uma ferramenta de transmissão de conteúdo, mas como uma estratégia de letramento digital e humanização. Justifica-se o uso dessa mídia pela sua capacidade de romper as barreiras do tempo e do espaço, permitindo que o docente em formação dialogue com novos conceitos enquanto se desloca ou realiza outras atividades, respeitando a sua própria jornada exaustiva (Freire, 2021).

Diferente de mídias puramente visuais, o áudio estabelece uma relação de proximidade. Segundo Moran (2017), as tecnologias de comunicação e informação devem servir para ampliar as possibilidades de interação. No caso da formação docente para a EJA, o podcast

permite a valorização da oralidade, o acesso assíncrono permite que o professor processe a informação no seu ritmo e com baixo custo, facilitando a replicação da metodologia em diferentes contextos escolares.

A utilização do podcast na formação docente vai ao encontro do que propõe Kenski (2012), ao afirmar que as tecnologias não são meros suportes, mas estruturantes de novas formas de pensar. Ao consumir e, posteriormente, produzir podcasts, o professor da EJA desenvolve uma autoria mediada, essencial para que ele possa ensinar seus alunos a também serem autores de suas histórias.

A escolha pelo podcast se sustenta na necessidade de uma "formação em serviço" que seja orgânica. Muitos professores da EJA enfrentam a precarização do trabalho e a falta de tempo para cursos presenciais extensos.

"A integração das tecnologias na educação exige que o professor deixe de ser um mero instrutor para se tornar um mediador de conhecimentos, o que demanda uma formação que seja, ela mesma, mediada tecnologicamente de forma crítica" (Almeida; Valente, 2011).

O podcast atua como mediador, ele funciona como um espaço de escuta ativa, onde a teoria pedagógica é traduzida em diálogos que refletem o cotidiano da sala de aula da EJA.

O produto educacional resultante desta pesquisa materializa-se em um episódio protótipo de podcast intitulado: "O Fenômeno da Juvenilização na EJA: Um Giro pelos Desafios Contemporâneos", focado no fenômeno do ingresso massivo de juventudes na modalidade. No episódio, há uma entrevista exclusiva com a Profa. Dra. Rebeca Aparecida de Oliveira Signorelli, docente do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE) da Faculdade de Educação da UNICAMP. No diálogo, a professora reflete sobre juventudes, EJA e seus desdobramentos pedagógicos. Sobre a entrevistada é importante ressaltar sua trajetória acadêmica consolidada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde obteve o título de Doutora em Educação (2022) e Mestra em Educação Física (2015). Enquanto pesquisadora, ela traz para o debate a expertise de quem atuou por dez anos na Educação Básica Pública. Sua produção intelectual e atuação docente concentram-se na interseção entre políticas públicas educacionais, escola e esporte, oferecendo um olhar crítico e qualificado sobre as demandas de formação para educadores que lidam com a nova face da EJA.

A escolha do formato de entrevista com uma especialista da área teve como objetivo transpor o conhecimento acadêmico para uma linguagem dialógica e acessível ao cotidiano

docente. O episódio foi estruturado para servir como um modelo de formação continuada em serviço, permitindo que o professor reflita sobre sua prática enquanto consome o conteúdo de forma assíncrona. Como suporte metodológico e garantia de transparência do processo de produção, este trabalho apresenta, em seu Apêndice, o roteiro completo utilizado na fase de apuração e gravação. Este documento detalha a curadoria das perguntas e a organização temática do episódio, servindo tanto para o registro histórico da pesquisa quanto como guia para educadores que desejem replicar a metodologia de produção de podcasts em suas unidades escolares.

Por fim, devido a urgência de alfabetizar digitalmente quem alfabetiza, o podcast não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar educação integral, onde o foco está no bem-estar humano e na resolução de problemas sociais através da tecnologia. Na EJA, isso significa dar voz a quem foi silenciado, começando pela voz do próprio professor em sua formação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Achados da pesquisa

Ao finalizar esta pesquisa, retomando a idéia inicial, da EJA como um território de direitos, mas também como um campo de tensões profundas. Historicamente, ela foi destinada a pessoas, muitas vezes, empurradas para o mercado de trabalho precário e marcados por salários baixos e sem direitos legais, retornam à escola carregando a complexidade da vida adulta: responsabilidades familiares, sustento de dependentes e a busca por uma qualificação que lhes permita sonhar com postos de trabalho mais dignos.

Contudo, os resultados deste estudo confirmam uma mudança drástica nesse cenário. Desde o início dos anos 2000, o fenômeno da juvenilização tem reconfigurado as salas de aula da EJA. O que observamos não é apenas uma "escolha" por uma modalidade mais curta, mas um êxodo forçado de jovens que saem do ensino regular, devido à falta de motivação, à incompatibilidade entre o horário escolar e a necessidade de subsistência, ou ainda por demandas domésticas, como o cuidado de familiares, gravidez e vulnerabilidades sociais como a dependência química.

Percebe-se que a EJA não pode ser tratada de forma marginal ou automática pelas políticas públicas. É urgente uma revisão crítica do que se denomina "ensino regular". Enquanto a escola convencional não for capaz de acolher a diversidade de trajetórias juvenis e oferecer um sentido prático e humano ao aprendizado, continuaremos a produzir exclusões que desembocam na EJA de forma precoce.

Assim, essa revisão bibliográfica apresenta um conhecimento da realidade atual dos alunos e professores da EJA, partindo do contexto histórico nacional, compreendendo qual é o perfil dos estudantes, em específico das juventudes da EJA. Considerando essas características atuais, esta pesquisa propõe estratégias que podem ser utilizadas para promover maior acesso, inclusão, permanência e sucesso dos alunos.

As políticas públicas precisam, portanto, realizar uma intervenção estrutural para evitar que o jovem perca o vínculo com a escola, garantindo que o sucesso escolar não seja um privilégio, mas uma realidade acessível. E ainda o fortalecimento de um acolhimento especializado. Não basta receber o jovem; é preciso compreender que ele traz consigo marcas de um sistema que falhou. A educação deve ser o diferencial que o retira da margem e o reintegra como cidadão de direitos.

Nós, enquanto educadores e pesquisadores, não podemos nos tornar meros reprodutores de normas burocráticas ou agentes passivos do sistema. A pesquisa e o estudo constante são as ferramentas que nos permitem manter os objetivos vivos, transformando a prática pedagógica em um diferencial ético na vida desses sujeitos.

Nesta perspectiva, o produto educacional fruto desta dissertação, o Podcast, foi concebido para ir além das exigências formais de um Mestrado Profissional. Ele se propõe a ser um instrumento de conscientização política e formação continuada. Espera-se que este material alcance outros docentes, gestores e a comunidade em geral, servindo de inspiração para práticas pedagógicas exitosas que dialoguem diretamente com a realidade da juvenilização.

O podcast é, essencialmente, um convite para que o processo educativo deixe de ser "automático" e passe a ser dialógico. Ele visa dar voz aos dilemas aqui pesquisados, transformando a teoria em um recurso auditivo acessível, que pode circular por espaços onde o texto escrito, muitas vezes, não chega.

Por fim, este trabalho não encerra a discussão. Pelo contrário, abre caminhos para futuras pesquisas, tais como:

- a) A investigação longitudinal sobre o impacto das mídias digitais e recursos em áudio na retenção de alunos jovens na EJA;
- b) Estudos comparativos entre diferentes regiões sobre como a rede pública está adaptando o currículo da EJA para a faixa etária de 15 a 18 anos;
- c) Análises profundas sobre a intencionalidade entre gênero, trabalho doméstico e a evasão juvenil feminina,
- d) Revisão bibliográfica sobre Evasão Escolar: Uso de drogas e criminalidade.

A educação de qualidade é um bem social e um direito inalienável. Que esta pesquisa contribua para que cada aluno seja ele o adulto que retorna após décadas ou o jovem que busca um novo começo, encontre na EJA não apenas um diploma, mas a chance vitoriosa de concluir sua escolarização com dignidade, qualificação e, acima de tudo, sucesso profissional e humano.

6.2 Expectativa e realidade

A presente pesquisa vem se tornar a realização de um sonho adormecido por muitos anos e que agora foi possível realizar. Ao iniciar tinha: sonho, expectativa, medo, insegurança. Mas a vontade de me qualificar e de adquirir aperfeiçoamento profissional superou todos os

obstáculos. A pesquisa foi se formatando, os objetivos se adequando a realidade e as leituras e fichamentos, redirecionando todo o caminho percorrido, foi uma caminhada exaustiva, por continuar atuando em sala de aula, mas gratificante, e de um crescimento imensurável como profissional e como ser humano. Pois a possibilidade de ter uma visão além da minha sala de aula, tornou possível uma visão mais ampla e consciente do meu papel de educadora.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude Rural**: trabalho, educação e futuro. São Paulo: Cortez, 1998.
- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; VALENTE, José Armando. **Tecnologias e currículo**: trajetórias de convergência. São Paulo: Paulus, 2011.
- ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de; FONTENELE, Inambê Sales; FREITAS, Ana Célia Sousa. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos (EJA): ensino em perspectivas. **Revista [Nome da Revista]**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021.
- ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. A juvenilização na educação de jovens e adultos: o perfil dos alunos e das alunas jovens da Região dos Inconfidentes-MG. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 40, n. 1, p. 1–25, 2022.
- ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da Noite: do trabalho para a escola**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ASSIS, Eliasaf Rodrigues de; ROSADO, Andreizza Albernaz Vanin; ZINHO, Flávia Cristina. “Todos temos voz”: podcasts na formação continuada de docentes da Educação de Jovens e Adultos. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 34, p. página inicial-página final, maio 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/102>. Acesso em: 26 de janeiro de 2025.
- ASSIS, Eliasaf Rodrigues de; DOI, Doroth de Assis Schmidt. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 33, n. 75, p. 155-170, jul./set. 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/19768/14241>. Acesso em: 24 maio 2025.
- ASSIS, Francisco de. Podcasting como ferramenta de distribuição de conteúdos digitais via internet. In: INTERCOM – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Intercom, 2010. p. 1-15.
- BEZERRA, V. K. M.; SOUZA, R. M. F. O perfil dos alunos da educação de jovens e adultos numa perspectiva histórico-social. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 10., 2023. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000.
- https://docs.google.com/document/d/1a60gZYki1XXeGhnNLbCq2odyC_UGbUxK/edit?usp=sharing&ouid=100795053028177014233&rtpof=true&sd=true

BRASIL. **Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024**. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-12048-5-junho-2024-795727-publicacaooriginal-171981-pe.html>. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1997.

CÂNDIDO, L. Juventudes, trabalho, e educação: uma tríade estruturante para o fenômeno da juvenilização da eja no brasil? **Educação em Revista**, [S. l.], v. 35, p. 1-26, 2019.

DAYRELL, Juarez. A juventude como categoria social: reflexões em torno de um debate. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 24, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez. **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Sérgio Costa. Visão histórica da educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, p. 58-74, 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 72, p. 195-212, ago. 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. *Notas sobre a redefinição da identidade da educação de jovens e adultos no Brasil*. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, 2005.

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA DA ONU. **Princípios e Recomendações para Censos Populacionais**. Nova York: ONU, 2017.

EVASÃO ESCOLAR: Um desafio para a educação. **Revista FT**, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/evasao-escolar-um-desafio-para-a-educacao/>. Acesso em: 28 maio 2025.

FELICIANO, Creuza Bonono; FERREIRA, Denilza Oliveira Costa. **O perfil e os desafios enfrentados pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos– EJA**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/o-perfil-e-os-desafios-enfrentados-pelos-alunos-da-educacao-de-jovens-e-adultos-eja.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

FERNANDES, Rosangela Maria; GOMES, Vilisa Rudenco. **Formação dos professores da EJA**: desafios e possibilidades. Florianópolis: IFSC, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br>. Acesso em: 1 mar. 2025.

FERREIRA, Elen Cristina da Silva; OLIVEIRA, Nayara Maria de. Estratégias para combater a evasão escolar na educação de jovens e adultos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], ano 6, v. 6, p. 165-181, jun. 2021.

FERREIRA, L. C.; SANTOS VIEIRA, I.; SILVA DE SOUZA, É. A juvenilização na/da EJA e suas implicações no Currículo escolar. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2025.

FREIRE, E. P. A. **Podcast na educação brasileira: natureza, potencialidades e implicações de uma tecnologia da comunicação**. 2013. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. **MOVA por um Brasil alfabetizado**. 12. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GADOTTI, Moacir et al. (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD): Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102068>. Acesso em 16 jun. de 2026.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Pesquisa “Juventudes fora da escola”**. [S. l.], 2024.

HADDAD, Sérgio. **A educação de pessoas adultas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

HAMMERSLEY, Ben. Audible revolution. **The Guardian**, London, 12 fev. 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com>. Acesso em: 20 jan. 2026.

JORGE, Gláucia. **Educação de Jovens e Adultos: perspectiva crítica e letramentos**. Campinas, SP: Papirus, 2019.

JULIÃO, J. R. et al. Referências viviográficas na Educação de Jovens e Adultos: das diretrizes ao letramento. **E-mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 40-57, 2017.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIMA FILHO, A. C. de. Um estudo sobre a evasão escolar no ensino médio da região nordeste do Brasil. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, [S. l.], v. 3, n. 18, 2024.

LUIZ, Lucio (org.). **Reflexões sobre o Podcast**. Rio de Janeiro: Marsupial Editora, 2014.

LYRA, Carlos. **As Quarenta Horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MICHELOTO, A. R. A cidadania do Telecurso: memórias de um projeto de educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, n. 5, p. 35-40, 2006.

MORAIS, Jocasta Maria et al. Contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos: uma revisão narrativa. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 39, 2023.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2017.

MOURA, Adelina; CARVALHO, Ana Amélia. Podcasting: um recurso inovador na sala de aula. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. 40, n. 3, p. 31-48, 2006.

OLIVEIRA, T. B. F. de et al. Estratégias metodológicas para estimular o interesse do aluno EJA. **Essentia**, Sobral, v. 23, n. 2, p. 41-53, 2022.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PRADO, M. L. do; QUILLICI NETO, A. Educação de jovens e adultos: um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos [...]. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 817-832, 2019.

PRIMO, Alex. Para além do rádio: a exploração do podcasting como nova forma de comunicação. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 28., 2005, Rio de Janeiro. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Educação e pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e268037, 2024.

REZENDE, Douglas Ferreira. O uso do podcast como ferramenta de apoio ao ensino. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2019.

RIBEIRO, Lúcio. Podcasting: a rádio na era da internet. In: **INTERCOM – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2005. p. 1-12.

RIBEIRO, V. M. Trajetórias de jovens e adultos na educação básica: permanência e sucesso escolar. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 38, n. 133, p. 517-540, 2008.

RODRIGUES, P. S.; SANTOS, A. L. Fatores estressores e evasão escolar: políticas públicas para a educação de jovens e adultos. **Revista de Ensino Superior**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-15, 2019.

SANT'ANNA, Sita Mara Lopes. Dez anos depois: os sentidos das perguntas de professores da EJA. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: UERGS, [20--].

SANTOS, Ana Lúcia dos; SANTOS, Elenice Santos de Santana. O perfil e os desafios enfrentados pelos alunos da educação de jovens e adultos – EJA. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO DE CIÊNCIAS: CONPEC, 1., 2018, Guarapari. **Anais [...]**. Guarapari: [s. n.], 2018.

SANTOS, Cristiane Mota; SOUZA, Maria Edilene da Costa. A evasão escolar na educação de jovens e adultos (EJA): possíveis causas e alternativas de mudanças. **REASE – Revista de Administração, Sociedade e Educação**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 57-75, 2020.

SANTOS, L. P. dos et al. Desafios no ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos – EJA em Araguaína-TO. **Revista e-xacta**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1-13, 2021.

SILVA, J. H. da; ZAN, D. D. P.; SANTOS, C. L. N. dos. A Juvenilização da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio na Bahia [...]. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 33, n. 75, p. 116–135, 2024.

SILVA, J. O. da et al. O perfil do estudante da EJA no Brasil: uma revisão bibliográfica sobre desafios, necessidades e perspectivas. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 11-25, 2025.

SILVA, Katiúsce Cândido e. **Estratégias pedagógicas para fins de permanência e êxito de estudantes na EJA integrada à EPT**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, Renata Maldonado da. A trajetória do programa Telecurso e o monopólio das Organizações Globo [...]. **InterMeio**, Campo Grande, v. 19, n. 38, 2013.

SILVA, S. H. S. **Mesa: produtos educacionais digitais**: cartilha com hipermídia, podcast, videoaula e documentário. São Cristóvão: UFS, 2024. 1 vídeo (X min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dN-YhyEZ9Y>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, José Humberto da. Juventudes, trabalho, e educação: uma tríade estruturante para o fenômeno da juvenilização da EJA no Brasil?. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 19, p. 43–63, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/46588>>. Acesso em: 28 out. 2024.

SOARES, Leônicio. **Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUSA FILHO, Alcides Alves de; CASSOL, Atenuza Pires; AMORIM, Antonio. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 112, p. 718-737, jul./set. 2021.

SOUZA, K. M. da S.; OLIVEIRA, M. B. de. O ciclo de políticas como perspectiva de análise para a juvenilização da EJA em Lajes/RN. **Revista e-Curriculum**, [S. l.], v. 23, p. e69039, 2025.

SOUZA, L. A. et al. O desafio da permanência para os estudantes da educação de jovens e adultos. In: COLÓQUIOS DE POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO, 5., 2024. **Anais [...]**. [S. l.]: UFSCar, 2024. p. 334-343.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. Juventude e escolarização no Brasil: um olhar a partir das pesquisas. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 24, n. 85, p. 61-78, 2003.

TAKEITI, Beatriz Akemi et al. O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 3, 2020.

TEIXEIRA, E. de O. Juvenilização e enegrecimento da EJA em tempos de universalização da educação básica. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 28, p. 96–119, 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VALENTE, José Armando. **Educação e Tecnologia: trilhando caminhos para a inovação**. Campinas: Papirus, 2018.

APÊNDICE A - ROTEIRO DO PODCAST DO PEDAGOGIRO

Roteiro: Podcast do Pedagogiro

Episódio: O Fenômeno da Juvenilização na EJA: Um Giro pelos Desafios Contemporâneos (protótipo)

Duração: 30 minutos.

Abertura (3 min)

[Trilha Sonora Característica do Pedagogiro - Ritmo Dinâmico]

Zaf: Olá! Está começando mais um Pedagogiro, o podcast de extensão da Universidade Federal de Lavras que faz o conhecimento circular entre a academia e o chão da escola. Eu sou o Zaf e hoje nosso giro é sobre a Educação de Jovens e Adultos, a nossa EJA.

Claudia: Oi, pessoal! Eu sou a Claudia e hoje o Pedagogiro tem um gostinho especial para mim, pois vamos debater os achados da minha dissertação aqui na UFLA sobre a juvenilização da EJA e como isso impacta o dia a dia de professores e alunos.

Zaf: E para ampliar esse debate, recebemos uma convidada que entende muito de políticas públicas e formação docente: a Profa. Dra. Rebeca Signorelli, da Faculdade de Educação da Unicamp. Rebeca, é um prazer ter você aqui no Pedagogiro!

Rebeca: (Saudação inicial).

Bloco 1: O Perfil que Gira: Por que o jovem está na EJA? (8 min)

Zaf: Rebeca, no Pedagogiro a gente gosta de conectar a teoria com a prática. A pesquisa da Claudia mostra que a EJA está ficando cada vez mais jovem. Na sua visão, esse fenômeno é um reflexo de uma escola regular que parou de fazer sentido para o adolescente de hoje?

Claudia: Exato, Rebeca! Na minha dissertação, identifiquei que o trabalho e questões de saúde mental, como pânico e depressão, empurram o jovem para fora do ensino regular. Como a Unicamp trabalha esse olhar sensível na formação do professor para que ele não veja esse jovem apenas como um problema de fluxo?

Rebeca: (Fala sobre a exclusão escolar e o papel social da EJA como acolhimento).

Bloco 2: Currículo e Políticas: Onde o jovem se encaixa? (8 min)

Zaf: Muitas vezes o currículo da EJA parece uma engrenagem que não gira: é apenas o conteúdo do regular compactado. Rebeca, tratando do currículo, como a gente cria uma identidade própria para a EJA que converse com o jovem digital sem excluir o adulto trabalhador?

Claudia: Eu defendo na minha pesquisa que a tecnologia, como o próprio Podcast, pode ser uma ponte. Mas, Rebeca, como as políticas públicas atuais, como a BNCC, enxergam esse direito do aluno da EJA de ter um ensino que não seja resumido?

Rebeca: (Analisa a tensão entre normas nacionais e a realidade pedagógica).

Bloco 3: Corpo, Lazer e Tecnologia (6 min)

Zaf: Um ponto alto da trajetória da Rebeca é a Educação Física. Rebeca, o aluno da EJA geralmente chega cansado, do trabalho para a escola. Onde entra o direito ao lazer e ao movimento para esse jovem juvenilizado?

Claudia: Isso se conecta muito com o meu Produto Educacional, que é o uso do áudio para formação. Como a gente humaniza esse corpo que está na sala de aula, Rebeca? Como fazer a EJA ser um lugar de prazer e não só de obrigação?

Rebeca: (Comenta sobre a importância das práticas corporais e metodologias ativas).

Bloco 4: Giro Final e Mensagem aos Educadores (5 min)

Zaf: Nosso tempo está acabando, mas antes do giro final: Rebeca, qual é o maior desafio para o professor que está na ponta, lidando com essa sala de aula tão heterogênea hoje?

Rebeca: (Mensagem final focada na valorização docente e no direito à educação).

Claudia: Queria agradecer à Rebeca pela participação tão generosa com a gente! E também pela oportunidade de mostrar como a pesquisa aqui da UFLA pode chegar aos ouvidos de quem está na sala de aula, através do Pedagogiro.

Zaf: É isso! O Pedagogiro de hoje fica por aqui. Continue acompanhando nosso projeto de extensão da UFLA para mais reflexões sobre o universo da educação. Um abraço e até o próximo giro!

[Trilha Sonora de Encerramento]